

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS EDUARDO KAFER

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A REAVLIAÇÃO DE
ATIVOS NO BRASIL APÓS A LEI 11638/07**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2019

LUCAS EDUARDO KAFER

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A REAVLIAÇÃO DE
ATIVOS NO BRASIL APÓS A LEI 11638/07**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis do Departamento de
Ciências Contábeis, da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eliandro Schvirck

PATO BRANCO

2019



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de
Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A REAVALIAÇÃO DE ATIVOS NO BRASIL APÓS A LEI 11638/07

Por

LUCAS EDUARDO KAFER

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado (a) em 29/10/2019 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, do departamento de Ciências Contábeis – DACON, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Os candidatos foram arguidos pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _____

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado)

Prof. Dr. Eliandro Schvirck
Orientador

Prof. Dr. Ricardo Antonelli
Avaliador – UTFPR

Prof. Dr. Priscilla Rubbo
Avaliador – UTFPR

O termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso

RESUMO

Kafer, Lucas Eduardo. A Percepção dos contadores sobre a reavaliação de ativos no Brasil após a Lei 11638/07. 2019. 61 . Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019

A reavaliação de ativos foi um método utilizado para trazer a informação contábil a valor justo. Porém devido ao uso manipulativo feito pelas empresas a pratica foi proibida no Brasil com o advento da Lei 11.638/2007, atualmente no Brasil é permitido à avaliação a custo histórico e valor justo para baixo com *impairment*. Nesse sentido o objetivo do estudo é analisar a percepção dos contadores sobre a utilização da reavaliação de ativos como método de avaliação. Para coletar a opinião dos contadores foi desenvolvido um questionário baseado nas explanações de outros autores sobre a reavaliação de ativos e sobre o método atual de avaliação de ativos, os questionários foram analisados através da análise descritiva. O Resultado da pesquisa demonstrou que a maioria dos contadores utilizaria a reavaliação de ativos atualmente para trazer informações atualizadas para o balanço patrimonial e mostrar o valor de mercado de itens do ativo imobilizado.

Palavras chave: Reavaliação de ativos. Valor justo. Lei 11.638/2007.Custo histórico.

ABSTRACT

Kafer, Lucas Eduardo. The Accountants' Perception of Asset Revaluation in Brazil after Law 11638/2007. 2019. 61. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Federal Technology University - Parana. Pato Branco, 2019

The Revaluation of assets was a method used to bring accounting information to fair value. However due to the manipulative use made by the companies the practice was prohibited in Brazil with the advent of Law 11.638 / 2007, currently in Brazil it is allowed to evaluate at historical cost and fair value down with impairment. In this sense, the objective of the study is to analyze the perception of accountants about the use of asset revaluation as a valuation method. To collect the opinion of the accountants, a questionnaire was developed based on the explanations of other authors about the asset revaluation and the current method of asset valuation. The questionnaires were analyzed through descriptive analysis. The Survey Result showed that most accountants would currently use asset revaluation to bring updated information to the balance sheet and to show the market value of property, plant and equipment items.

Key words: Historical cost. Revaluation of Assets, Law 11.638/2007. Fair value.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA | 1 |
| 1.2 OBJETIVO | 2 |
| 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 3 |
| 1.4 JUSTIFICATIVA | 3 |
| 1.5 DELIMITAÇÃO | 4 |
| 1.6 ESTRUTURA | 4 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 5 |
| 2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E AVALIAÇÃO DE ATIVOS | 5 |
| 2.2 CUSTO HISTÓRICO | 6 |
| 2.3 CUSTO CORRENTE | 8 |
| 2.4 VALOR JUSTO | 9 |
| 2.5 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS | 10 |
| 2.6 ESTUDOS ANTERIORES | 14 |
| 3 METODOLOGIA DE PESQUISA | 18 |
| 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO | 18 |
| 3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS | 18 |
| 3.2.1 ANÁLISE DE DADOS | 22 |
| 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 23 |
| 4.1 SOBRE A AMOSTRA | 23 |
| 4.2 OPINIÃO SOBRE O CUSTO HISTÓRICO | 29 |
| 4.3 OPINIÃO SOBRE A REAVALIAÇÃO ATIVOS | 32 |
| 4.4 OPINIÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATIVOS | 35 |
| 4.5 CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS | 37 |
| 5 CONCLUSÕES | 41 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| 6 APÊNDICES | 49 |
| 6.1 APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO | 49 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Fins usados pelos respondentes para reavaliar ativos | 25 |
| Gráfico 2 – Motivações para o uso da reavaliação se fosse permitido atualmente ... | 27 |
| Gráfico 3 – Importância da informação do ativo imobilizado atualmente | 28 |
| Gráfico 4 – Importância da informação gerada pelo ativo imobilizado a valor de mercado. | 28 |
| Gráfico 5 – Opinião sobre o custo histórico em relação ao tempo | 30 |
| Gráfico 6 – Custo histórico e más decisões de investimento | 30 |
| Gráfico 7 – Facilidade de compreensão do custo histórico | 31 |
| Gráfico 8 – Facilidade do Custo histórico com fluxos de caixa | 32 |
| Gráfico 9 – Reavaliação e taxa de retorno de capital..... | 33 |
| Gráfico 10 – Reavaliação e a atualização de depreciações..... | 34 |
| Gráfico 11 – Proibição da reavaliação devido a facultatividade..... | 35 |
| Gráfico 12 - Opinião sobre o ativo imobilizado a valor de mercado e a economia. .. | 36 |
| Gráfico 13 – Análise das demonstrações das empresas..... | 37 |
| Gráfico 14 – Consolidação dos resultados da opinião sobre a reavaliação | 38 |
| Gráfico 15 Consolidação das opiniões do custo histórico..... | 38 |
| Gráfico 16 – Consolidação dos resultados da proibição da reavaliação de ativos | 40 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Motivos para reavaliar um ativo..... | 19 |
| Quadro 2 – Perguntas sobre o custo histórico..... | 21 |
| Quadro 3 – Perguntas sobre a reavaliação de ativos..... | 22 |
| Quadro 4 – Quadro de comparação de uso da reavaliação e qualidade da informação contábil..... | 24 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição de anos de experiência e área atuante | 23 |
| Tabela 2 Experiência dos contadores e as motivações por trás da reavaliação de ativos | 26 |

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo se ocupará em apresentar: (i) contextualização; (ii) problema de pesquisa; (iii) objetivo geral; (iv) objetivos específicos; (v) justificativa e relevância; (vi) delimitação; e, (vii) estrutura do trabalho.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A contabilidade é a ciência que estuda patrimônio, sendo assim coleta, processa e divulga informações a respeito da situação patrimonial de uma entidade, seja com fins lucrativos ou não (ARAUJO, 2017).

De acordo com Silva *et al.* (2014) a gestão de dados do ativo imobilizado, para além da evidente função de viabilizar a condução e manutenção da empresa, também reflete diretamente sobre a atividade por ela desempenhada. Sendo assim as informações sobre esse grupo de contas devem ser relevantes e confiáveis, pois afetam diretamente a estrutura da empresa e seu lucro através da depreciação (DOS REIS e NOGUEIRA, 2012)

O custo histórico é o método mais utilizado para a mensuração dos itens do ativo imobilizado devido a sua simplicidade e facilidade com fluxos de caixa, porém é questionado se a informação gerada é útil com o passar do tempo (MARION, 2003).

Nesse contexto é importante discutir a importância da qualidade da informação contábil, que de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 00 deve ser completa, neutra e livre de erros representando a realidade econômica da empresa, mesmo em meio a crescente velocidade nos processos empresariais e tecnológicos exigindo informações melhores e atuais.

Conforme Tavares Filho *et al.* (2006) a reavaliação é gerada pelo aumento no valor de bens do Ativo Imobilizado, em virtude de constatação de que possuem preço de mercado diferente do custo contábil do bem. Nesse contexto a reavaliação de ativos foi uma ferramenta usada para atualizar a informação sobre o ativo imobilizado.

Com o advento da Lei 11638/2007 a reavaliação de ativos no Brasil deixa de existir junto com a conta reserva de reavaliação, devido à má utilização das

empresas que usavam para apresentarem melhores resultados e também ignoravam os prazos para realizar a reavaliação (SANTOS, 2012)

De acordo com Schvirck (2006) a reavaliação de ativos provocava mais desvantagens para seus usuários, pois pode ser usada como uma ferramenta de manipulação dos valores patrimoniais prejudicando principalmente os investidores individuais.

A Secretaria da Receita Federal, por meio da solução de consulta nº19 de 20/03/2009, explica que a reavaliação espontânea de ativos está vedada desde 01.01.2008, a partir da vigência da Lei 11638/2007, destaca, ainda que a conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” não substitui a “Reserva de Reavaliação”, pois aquela tem finalidade diferente desta.

Entretanto a reavaliação de ativos é um procedimento que está presente nas normas internacionais de contabilidade incluindo procedimentos para a sua contabilização e mostra uma informação atualizada das empresas o que é positivo para os usuários. (ANTUNES *et al.*, 2007)

Segundo Santos (2012) ao extinguir a possibilidade da reavaliação, a lei 11638/2007 contradiz a determinação de harmonização com o padrão internacional, já que esta é permitida pelas IAS 16 (*International Accounting Standards*). A Norma IAS 16, no tópico sobre a mensuração subsequente ao reconhecimento inicia, prescrevendo que a empresa pode optar pelo modelo de custo ou pelo modelo de reavaliação. Sendo assim nota-se que há um impasse na contabilidade moderna, no que tange ao tema reavaliação. No Brasil, a autoridade tributária proíbe, no entanto, a legislação societária prevê a possibilidade, condicionada à permissão legal.

Isso posto a reavaliação de ativos pode ter várias interpretações, e como demonstrado não se pode estabelecer que sua proibição foi algo positivo para a contabilidade, pois, se por um lado evita a subjetividade da avaliação ao valor de mercado, por outro elimina a possibilidade de ter valores atualizados registrados nos itens do ativo imobilizado. Nesse contexto, este estudo questiona qual é a percepção dos profissionais da contabilidade, quanto ao uso da reavaliação de ativos como método de avaliação?

2.2 OBJETIVO

O objetivo principal do estudo é analisar a percepção dos contadores sobre a utilização da reavaliação como método de avaliação do ativo.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Visando alcançar o objetivo principal da pesquisa foi estabelecido os seguintes objetivos específicos:

Verificar o contexto literário da reavaliação de ativos.

Levantar a opinião dos contadores sobre o uso da reavaliação de ativos.

Apurar a visão dos contadores sobre o sistema atual de avaliação de ativos do grupo imobilizado.

2.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa contribui para a contabilidade apresentando a opinião dos contadores sobre uma prática com controvérsias:

De acordo com Santos (2012) a reavaliação foi proibida devido ao uso manipulativo pelas empresas, é questionável se não seria mais vantajoso punir os abusos e dar mais confiabilidade ao método. Em outros países como Holanda, Grã-Bretanha e Bélgica existe a possibilidade de usar a reavaliação de ativos (DUARTE, 2010).

Com o advento da Lei 11638/2007 foi determinado a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, que trazem a reavaliação de ativos como um método válido para a avaliação de ativos e tendo metodologia e instruções para utilizar o método no CPC 27. Entretanto na Lei 11.638/2007 consta a proibição criando uma divergência legal e com isso uma empecilho na contabilidade brasileira.

Atualmente o método de avaliação de ativos mais utilizado no Brasil é o custo histórico, é um método fácil e menos custoso, porém a longo prazo limita a qualidade da informação contábil, pois quanto mais antigo for o bem maior será a diferença de valor atual e o valor contábil (MARION, 2003).

De acordo com CPC 00 a informação contábil deve representar a realidade econômica da empresa, no custo histórico devido a o tempo isso não é mais cumprido. De acordo com Tabari e Adi (2014), o método de reavaliação de ativos traz a informação contábil a valor justo, o que é positivo para a contabilidade que passa por processos empresariais mais rápidos e precisos.

Do ponto de vista prático, a pesquisa contribui aos usuários da contabilidade, pois mostra se a avaliação de um imobilizado a valor de mercado faz sentido para os contadores no dia-a-dia, e mostra a opinião dos contadores sobre a avaliação de ativos no custo histórico.

2.5 DELIMITAÇÃO

Esta pesquisa está delimitada à opinião dos contadores sobre a reavaliação de ativos sendo assim será aplicado aos profissionais com atuação no Sudoeste do paraná e oeste de Santa Catarina, a pesquisa é também delimitada cronologicamente entre julho de 2018 e maio de 2019, que foi o período de coleta de dados.

2.6 ESTRUTURA

O trabalho está dividido em 5 capítulos, com a introdução já descrita, e a seguir tem-se o Referencial teórico, Metodologia, a Apresentação dos resultados, Conclusões e Referências Bibliográficas, com o adicional do Apêndice A referente aos questionários utilizados na pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

Barros (2005) explana que a contabilidade, quando registra todos os fatos ocorridos na entidade, pode ser comparado a um banco de dados que tem o potencial de se transformar em informações úteis e imprescindíveis no processo decisório das empresas.

O Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 00 define que as demonstrações contábeis são elaboradas para usuários externos que possuem objetivos diferentes, porém esses objetivos não devem afetar a Estrutura Conceitual das demonstrações, que são elaboradas para fornecer informações contábeis para a tomada de decisões econômicas.

Antunes *et al.* (2012) complementam essa afirmação do CPC 00 sobre a informação contábil:

Em síntese, pode-se dizer que as demonstrações contábeis são a principal fonte de informações econômico-financeiras das empresas, para uma ampla gama de usuários em seus processos decisórios, e que a normatização contábil tem por objetivo garantir que essas informações divulgadas sejam compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis, ou seja, úteis para o processo decisório dos usuários, principalmente para aqueles que são externos à empresa.

Para Santos (1998) a informação contábil deve ter ao mesmo tempo confiabilidade e relevância, deve existir um equilíbrio entre essas qualidades e nunca renunciar uma em favor da outra. Porém existe uma dependência dos usuários externos, pois precisam acreditar que os eventos econômicos registrados nos relatórios sobre a empresa estejam coesos com as normas da contabilidade e com a situação atual do estabelecimento (NASCIMENTO & REGINATO, 2008).

De acordo com Vasconcelos & Viana (2011) a informação contábil deve ser do interesse dos seus usuários, apresentada em uma linguagem clara para melhor compreensão, não pode ser imprecisa sendo necessário muito cuidado na imputação de dados, deve ser viável a empresa sempre visando o custo-benefício da informação e por fim deve ser tempestiva, a informação deve acompanhar a necessidade dos usuários.

Nesse sentido é importante entender como os ativos de uma empresa são avaliados. Na literatura contábil existem algumas formas de avaliar ativos, portanto

deve-se escolher o método de mensuração que produza informações que auxiliem a tomada de decisão (SCHVIRCK, 2006).

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999) para avaliar um ativo existem duas vertentes os valores de entrada que representam o valor de aquisição, e o valor de saída que representa o valor de venda.

De acordo com Tinoco (1992) valores de entrada representam o sacrifício para obter os ativos utilizados pela empresa nas suas operações, dentre os valores de entrada estão o custo histórico, custo corrente, custo histórico corrigido e custo corrente corrigido.

A utilização dos valores de saída é justificada pela necessidade de aproximação entre o valor contábil e o econômico, alguns exemplos de valores de saída seriam o valor justo, valor corrente de venda, valor realizável líquido, valor de liquidação, valor de realização futuro (VASCONCELOS & SILVA, 2011).

Os valores de saída estão focados na atribuição de utilidade na informação pela aproximação do valor de mercado, porém os valores de saída trazem mais subjetividade e mais complexidade ao processo comparado aos valores de entrada (MARTINS, 2001).

3.2 CUSTO HISTÓRICO

Segundo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 00 no custo histórico “os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição”. Sendo assim os ativos estão sempre vinculados ao preço de aquisição como explanado por Martins (2000):

Os ativos avaliados ao seu custo de aquisição estão vinculados ao caixa desembolsado para confrontação com o fluxo a entrar quando forem vendidos ou produzirem receitas, a fim de que o lucro se materialize, finalmente, na forma de dinheiro. O lucro bruto nada mais é do que o dinheiro entrado, ou a entrar por transação ocorrida (como regra geral), contra o dinheiro saído ou a sair para pagamento da mercadoria vendida.

Essa prática contábil é caracterizada por sua confiabilidade e facilidade de processo com fluxos de caixa de uma entidade (BATTISTELA, 2011). Mas o que pode ser considerado uma informação contábil confiável? Segundo o item 1.4.2 da

NBC T1 “A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo”. Sendo assim, o custo histórico facilita o entendimento e traz segurança para as demonstrações contábeis, mas pode ser considerada relevante no contexto atual com a necessidade de informações cada vez mais precisas em função da dinâmica nos novos processos empresariais? Para Szuster *et al.* (2005).

As mudanças constantes têm gerado um ambiente dinâmico e competitivo, exigindo a cada dia melhores resultados por parte dos administradores. Como consequência, em situações em que tal meta não pode ser atingida há o risco de a Contabilidade ser utilizada como um instrumento para gerenciar resultados.

Custo histórico por definição, a informação produzida naquela base é por regra, pouco relevante para a tomada de decisões atuais, pois fornece informação “fora do prazo”, que já não reflete a situação econômica e financeira da entidade (SOUZA, 2011). Conceição e Fernandes (1998 p.6) salientam que “a avaliação pelo custo original, com o passar do tempo, tem pouca representatividade como medida de valor para a Entidade, além de não permitir o reconhecimento de ganhos ou perdas antes do momento da realização pela venda”.

Portanto, um dos principais problemas do Custo Histórico está relacionado ao tempo, quanto mais antigo for o ativo registrado por custo histórico, maior será a diferença do seu valor original com o valor atual tornando o indicador desatualizado. Com isso, perde-se o caráter informativo da contabilidade de melhor informar os usuários (MARION, 2003).

Para Marques *et al.* (2003) a contabilidade muitas vezes perde seu valor informacional quando registra uma transação econômica em momentos de inflação pelo o custo histórico. Esse efeito é resultado da periodicidade na mensuração do patrimônio evidenciando um aumento ou diminuição do resultado.

Pode se concluir que o custo histórico é uma avaliação insuficiente, trazendo uma informação mínima para a quantificação do potencial do investimento em um ativo para uma entidade que possui a premissa de continuidade. (GOULART, 1997)

O custo histórico pode mascarar más decisões de investimento feitas por equipes de gerenciamento e evitar declínios no patrimônio e é improvável que qualquer entidade divulgue falhas financeiras por meio do custo histórico. (JAIJAI RAM, 2013)

Apesar desses negativos em torno do custo histórico é o sistema mais usado para avaliação de itens do ativo imobilizado. A adoção do Custo Histórico na avaliação dos Ativos atende aos Princípios Fundamentais de Contabilidade no tocante aos conceitos de realização a Custo Original. A objetividade e verificabilidade são razões importantes para a adoção deste conceito

Nichols e Buerger (2002, p 156) explanam que “A vantagem do uso do custo histórico para mensuração de ativos está na sua confiabilidade”. Como demonstrado existem divergências de opiniões sobre o custo histórico, mas todos os argumentos giram em torno da confiabilidade que ele proporciona e da falta de relevância que ele adquire com o passar do tempo.

3.3 CUSTO CORRENTE

O custo corrente tem o objetivo de mensurar um item do ativo por um valor que seria gasto para adquirir o mesmo ativo nas mesmas condições em uma determinada data (BATTISTELA, 2011).

Segundo Sabatin *et al.* (2008, p 61) “custo corrente de entrada representa o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo semelhante. Se houver um mercado no qual ativos semelhantes sejam comprados e vendidos, um preço de troca poderá ser obtido e associado ao ativo possuído”.

.Iudícibus e Martins (2006) exemplificaram o custo corrente por meio de veículos de trabalho de uma empresa, o valor corrente do ativo deveria ser quanto precisaria desembolsar por um veículo nas mesmas condições em que se encontra no ativo da empresa, mas com a dupla informação: o valor de reposição de um bem no estado de novo menos qualquer depreciação acumulada resultando em um valor líquido.

Para as empresas que usam o custo corrente possibilita a identificação de receitas ou despesas na manutenção de ativos, estima valores correntes dos inventários, demonstra a somatória dos ativos expressos em termos correntes, é mais significativa do que custo histórico incorrido em períodos diferentes de tempo, para o usuário externo pode-se aproximar razoavelmente do valor que deveria pagar

para montar uma entidade similar (em estado de nova) àquela que se está avaliando (TINOCO,1992).

Entretanto de acordo com Martins (2000, pg 32) “Custo Corrente fere o princípio do custo histórico, mas olha o resultado mais para a frente, procurando manter o vínculo entre lucro e caixa, mas o caixa por acontecer após assegurada a manutenção dos fatores de produção sendo consumidos”.

Rosseto *et al.* (2001) explanam que existe uma limitação no método de custo corrente, que seria a redução dos níveis de praticabilidade e objetividade, outra dificuldade está relacionada com itens sazonais, personalizados, fora de mercado.

Dameda *et al.* (2011) complementam que existe certa dificuldade em aplicar o custo corrente, devido à falta de um mercado secundário para avaliar todos os ativos das empresas, um exemplo disso são bens mobiliários e itens do ativo imobilizado em geral por possuírem alto nível de customização.

3.4 VALOR JUSTO

O padrão internacional de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) estabelece a necessidade de apresentar os ativos e passivos a valor justo. De acordo com SFAS 157 (*Statements of financial accounting standards*) o valor justo é o valor de mercado recebido pela venda de um ativo ou pela transferência de um passivo em uma transação.

De acordo com IAS 16 (*International accounting Board – 16 Property, Plant and Equipament*), é o valor pelo o qual um ativo pode ser negociado ou um passivo quitado em uma transição realizada em condições normais no mercado.

Na visão de Ludicibus e Martins (2007, p 9-18) Valor Justo “é o montante pelo qual um determinado item poderia ser transacionado entre participantes dispostos e conhecedores do assunto, numa transação sem favorecimento”

A contabilidade de valor justo pode ser entendida com a explanação de Laux e Leuz (2010), que “ em sua forma pura, a contabilidade a valor justo envolve a divulgação de ativos e passivos na sua forma pura no balanço patrimonial reconhecendo as mudanças no valor justo como ganhos ou perdas na demonstração de resultados”.

O conceito de valor justo também é encontrado no Pronunciamento técnico CPC 12, em que descreve o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado. Para itens do ativo imobilizado existe a possibilidade da utilização do valor justo para aumentar o valor do ativo, através da reavaliação de ativos constante do CPC 27 que em seu item 31 estabelece que, se permitido por lei, o item do ativo imobilizado cujo o valor justo possa ser mensurado com confiabilidade poderá ser apresentado pelo seu valor justo menos qualquer depreciação e perda de valor recuperável.

Atualmente é permitido a utilização da Redução a valor recuperável (*impairment*) para itens do ativo imobilizado que é estabelecido pela NBC T 16.10. Em seu artigo 25 a NBC define que *impairment* é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. Ainda segundo a norma é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Segundo Szuster e Fernandes (2009) a grande diferença da reavaliação e da redução a valor recuperável está no objetivo, a reavaliação tem como objetivo atualizar os valores eliminando as distorções entre o valor contábil e o valor de mercado, já a redução a valor recuperável tem por objetivo assegurar que os ativos não estejam registrados por valor superior ao que seu valor de venda.

De acordo com Fernandes (2011, p, 58) “o *impairment* é tão relevante assim como a reavaliação, pois muitos bens estão cadastrados com valores superiores aqueles que não mais os pertencem, assim para se ter uma maior proximidade da realidade este item também deve ser aplicado”.

3.5 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

A reavaliação de ativos no Brasil originou-se com a Lei nº 6404/76, a Lei das Sociedades Anônimas que trouxe a situação no 3º parágrafo do artigo 182 “Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo

nos termos do artigo 8º, aprovado em assembleia-geral” depois de algum tempo de adaptação a reavaliação foi escorada com o pronunciamento nº24 do IBRACON que a definiu como a adoção de um valor de mercado para os bens reavaliados abandonando o custo histórico, em 1995 a CVM aprovou o pronunciamento do IBRACON com a deliberação nº 183 estabelecendo as hipóteses em que se pode reavaliar um bem, ativos que podem ser reavaliados, amplitude e periodicidade, procedimentos para a contratação dos peritos para avaliar, contabilização, etc.

Nas Normas internacionais de contabilidade IAS 16 (*International Accounting Board – 16 Property, Plant and Equipment*) ambos os métodos de custo e reavaliação são alternativas válidas para mensuração do ativo permanente imobilizado.

Ressalta-se que a mensuração do ativo permanente imobilizado, após o reconhecimento, deve obedecer ao método do custo ou ao método de reavaliação. No método do custo, o ativo é reconhecido por seu custo após a dedução da depreciação acumulada e de qualquer perda por imparidade acumulada. No método da reavaliação, o ativo, após ser reconhecido, deve ser avaliado por seu valor justo menos a depreciação acumulada e a perda por imparidade incorrida, após a data da reavaliação. Essa reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade, visando a não permitir diferenças significativas entre o valor escriturado e o valor justo.

O CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis) em seu pronunciamento nº 27 começando no parágrafo 31 também abrange a reavaliação de ativos de maneira similar, sendo a única diferença expressiva a permissão legal para o método:

Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

Viceconti e Neves (2005, p. 72), definem que “a reavaliação de ativos consiste em estimar o seu valor de mercado corrente, pelo laudo especialmente realizado para tal fim, que poderá coincidir com o seu valor contábil, registrado com base no custo de aquisição”.

Nesse sentido Assing *et al.* (2010) complementa que a razão para fazer a reavaliação é apresentar os valores de forma mais realista no Balanço Patrimonial em função de alterações no valor do ativo, atualizando as demonstrações contábeis, apresentando resultados mais fiéis à realidade do bem avaliado.

Quanto à periodicidade da reavaliação definida pelo NPC 24, poderia ser anualmente para ativos que apresentavam alta variação comparado a anos anteriores, a cada quatro anos para ativos que tinham uma oscilação menos expressiva, ou sistema customizado realizando, periodicamente reavaliações parciais, com cronogramas definidos.

De acordo com Szuster e Fernandes, (2009) os prazos definidos para a reavaliação geram distorções que dificultam a análise de usuários externos, pois prejudica índices de endividamento e geração de caixa.

O artigo 8º da Lei 6404/76 diz respeito a obrigatoriedade da elaboração de um laudo por parte de uma empresa especializada ou três peritos, para justificar o aumento ou diminuição causado pela reavaliação. As avaliações independentes elaboradas por peritos avaliadores ou por auditores tendem a ter melhor confiabilidade comparadas a aquelas feitas por diretores ou avaliadores internos (MAINES & WAHLEN, 2006).

A NPC 24 em seu item 31, estabelece que várias informações contábeis como depreciação, amortização ou exaustões devem estar contidas no laudo:

É requisito, dentro dos procedimentos de reavaliação, que os bens objeto da nova avaliação sejam individualmente identificados quanto à sua descrição e contabilização (conta ou subconta que especifique o custo corrigido e depreciações acumuladas correspondentes). O novo valor de avaliação de cada bem deverá ser comparado com o valor líquido contábil correspondente, sendo importante que se proceda à comparação na mesma data-base, ou seja, tais bens deverão ter registradas as correções monetárias e depreciações, amortizações ou exaustões correspondentes até a mesma data-base da avaliação dos peritos. Não se deve confundir, dessa forma, valor de reavaliação com ausência de correção monetária, depreciações ou baixas.

Schvirck, (2006) complementa que o laudo é um instrumento legal e deve conter descrição com detalhes dos bens reavaliados, identificação contábil, todos os critérios utilizados para a fundamentação técnica do laudo, vida útil remanescente do bem e data de avaliação.

Sendo assim Tay (2009) explica que há uma série de motivações para a reavaliação de ativos, por exemplo, demonstrar a verdadeira taxa de retorno do capital empregado, mostrar o valor de mercado de ativos empregados em caso de transação de venda ou *leasing*, manter um fundo adequado na empresa para futura substituição de ativos fixos. Segundo Souza (2009, p 51) “Outro benefício é a atualização das depreciações, a entidade poderá apresentar resultados e custo de produção mais próximos do conceito de reposição de ativos de ativos”.

De acordo com Tabari e Adi (2014) a reavaliação de ativos do imobilizado é feita para trazer os dados contábeis mais próximo da realidade econômica e do valor justo, esse aprimoramento é a precificação de ativos imobilizados com base em valores de mercado apresentando demonstrações financeiras que realmente mostram o volume de investimento e de valorização do ativo.

Sendo assim, Missionioer-Piera (2007) complementa que a reavaliação de ativos aprimora as demonstrações financeiras, pois permite que as empresas levem em conta as mudanças no valor justo de alguns ativos, principalmente ativos não circulantes.

Entretanto a reavaliação foi proibida no Brasil com o advento da Lei 11638/07 e com a extinção da conta reserva de reavaliação, devido ao mau uso por parte das empresas, e ainda por falhas no método de reavaliação. Ainda segundo a lei 11638/07 as empresas poderiam estornar a reserva de reavaliação completamente ou por manter os saldos até o final do exercício social em que a lei entrar em vigor.

A Lei 11638/2007 ainda determina a harmonização contábil com a IFRS (*International Financial Reporting Standard*), criando uma divergência na contabilidade brasileira, pois a proibição da reavaliação contraria ambos o IAS 16 e IAS 38.

E a adoção das Normas Internacionais é vista como um aprimoramento da contabilidade De acordo com Santos & Calixto (2010, p 3) “O fundamento consuetudinário do padrão IFRS, ao priorizar a essência sobre a forma, o julgamento da realidade econômica sobre a mera desincumbência normativa e a transparência para o investidor”.

Todavia atualmente a reavaliação de ativos está presente em outros países como: Grã-Bretanha, Bélgica e Holanda, que permitem a reavaliação quando existe uma grande diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição, existem alguns países que permitem apenas para Terrenos e construções como a Nova Zelândia (DUARTE, 2010).

Apesar de estar na IFRS são poucos os países que permitem a avaliação de ativos como princípio contábil, nos Estados Unidos, a reavaliação não é admitida, pois estudos revelaram que dificultaria a análise para os investidores (ERNEST & YOUNG, 2000).

No Brasil, a reavaliação foi usada para fins manipulativos para esconder prejuízos acumulados alterando índices principalmente aqueles relacionados ao

endividamento da empresa como endividamento total e composição do endividamento, pois a reavaliação aumenta a proporção de capital próprio sobre o capital de terceiros e com isso diminuindo esse índice (SCHVIRCK, 2006).

Nesse sentido Szuster e Fernades (2009) complementam que:

A reavaliação, no Brasil, é um dos procedimentos contábeis que mais tem trazido dificuldade para análise de usuários externos de demonstrações contábeis, tais como analistas financeiros, analistas de crédito, estudantes e acadêmicos. Uma vez que o procedimento é uma permissão e não uma obrigatoriedade, é possível observar relevantes distorções patrimoniais entre entidades de mesmo porte, atividade econômica e localização geográfica.

De acordo com Ludícibus *et al.* (2010) o principal motivo para não fazer reavaliações no Brasil foi o mau uso da prática, existem vários exemplos de empresas que reavaliaram seus ativos para reduzir a distribuição de dividendos, para obter licitações públicas e financiamentos.

Nesse contexto, Santos (2012) questiona se ainda assim não seria preferível punir os abusos das empresas e tornar a reavaliação um método com maior confiabilidade ao invés de proibir totalmente a reavaliação de ativos, visto que tem benefícios para a contabilidade moderna trazendo informações atualizadas.

Duarte (2010) complementa que caberia aos órgãos reguladores padronizar o processo de reavaliação e estender para todas as sociedades, já que as falhas no processo foram identificadas.

A permanência em métodos de mensuração como o custo histórico pode garantir a confiabilidade, mas se a contabilidade permanecer conservadora e viciada em modelos tradicionais, poderá perder seu objetivo de produzir informações pertinentes sobre o patrimônio para a tomada de decisão. (TAVARES FILHO *et al.* 2006)

3.6 ESTUDOS ANTERIORES

Tavares Filho *et al.* (2006) buscaram avaliar as contradições entre a reavaliação de bens do ativo imobilizado e os princípios contábeis no Brasil. Usaram uma metodologia bibliográfica com abordagem qualitativa, ao final do estudo concluíram que a principal contradição está no princípio do custo como base de

valor, pois a reavaliação traduz os ativos a valores de mercado e despreza o custo histórico.

Schvirck (2006) fez um levantamento de como as empresas tratavam a reavaliação de ativos, para compor a sua amostra usou demonstrações publicadas por 120 empresas que operam no Brasil, em seu estudo encontrou que muitas empresas pesquisadas não atendiam a legislação para fazer a reavaliação de ativos, apontando que eram feitas com fins especulativos e oportunistas dificultando a análise de usuários externos.

Missionier-Piera (2007) investigou os motivos econômicos das reavaliações de ativos fixos de empresas listadas na Suíça, e encontraram que as razões seriam a proporção de vendas da empresa, alavancagem externas, e associação negativa com as oportunidades de investimento, ao final concluiu que a reavaliação é um dispositivo para melhorar a percepção de credores sobre a saúde financeira da empresa.

Tay (2009) em seu estudo sobre os motivos que levavam as empresas da Nova Zelândia a reavaliarem seus ativos constatou que as empresas reavaliam devido ao tamanho de ativo imobilizado que possuem, liquidez, alavancagem e a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado (*Market-to-book ratio*).

Paik (2009) pesquisou a relevância da reavaliação de ativos e a reserva de reavaliação e relacionou com o sistema legal de 15 países incluindo o Brasil, e encontrou que os países que estão sujeitos a um sistema de lei comum têm reservas de reavaliação de ativos fixos que são relevantes para o valor da empresa, entretanto os países que estão sujeitos a um sistema de código de leis têm reservas de reavaliação de ativos fixos que não são relevantes para o valor da empresa.

Assing *et al.* (2010) investigaram o atendimento às normas de reavaliação de ativos imobilizados extraindo pareceres de empresas da Bovespa emitidos por auditorias independentes. Após a análise dos pareceres constatou que apenas uma das empresas listadas cumpriu todas as normas para a reavaliação, portanto somente esta receberia o parecer de auditoria sem ressalva.

Duarte (2010) pesquisou o tratamento dado ao saldo da reserva de reavaliação pelas sociedades de capital aberto listadas na Bovespa, em sua amostra utilizou as notas explicativas e demonstrações financeiras padronizadas para conseguir as informações, chegou à conclusão que a maioria das empresas optou por realizar a reserva de reavaliação.

Battistela (2011) desenvolveu um estudo de *value relevance* tendo a variável dependente o valor de mercado da empresa, patrimônio líquido e resultado, com o intuito de levantar dados sobre a confiabilidade e relevância do custo histórico, correção monetária e reavaliação de ativos, durante o estudo concluiu que não houve diferença em *value relevance* entre as empresas analisadas.

Lopes e Walker (2012) usaram uma amostra de empresas brasileiras listadas no período de 1998-2004, encontrando evidências de que as reavaliações de ativos fixos estão negativamente relacionadas ao desempenho futuro da empresa, preços e retornos. Constataram também que a decisão de reavaliação está associada a pontuações em um Índice Brasileiro de Governança Corporativa (BCGI) e positivamente associada a endividamento e falta de liquidez.

Santos (2012) em seu trabalho analisou os impactos de cada nova norma da primeira fase de transição da contabilidade no Brasil para a IFRS, em seu estudo encontrou que a proibição da reavaliação de ativos pode afastar a representação do valor econômico real de ativos e resultados. Atuando em sentido contrário aos critérios do IFRS.

Rodrigues *et al.* (2012) procuraram identificar o poder informacional gerado pela reavaliação de ativos nas empresas da BOVESPA usando o modelo de Ohlson, e encontraram que 33% das empresas selecionadas na amostragem apresentaram informações significativas relacionadas com a reavaliação, e com isso chegaram à conclusão que a reavaliação é uma prática informativa e relevante para as empresas Brasileiras.

Conforme exposto pelos autores a reavaliação é um método com controvérsias, pois no Brasil foi usada com fins manipulativos e sem respeitar a legislação vigente culminando em sua proibição com o advento da Lei 11638/2007 conforme os estudos de Schvirck (2006) e Assing *et al.* (2010), ainda seria questionável se a solução correta foi a proibição ao invés de aprimorar o método de acordo com Santos (2012), em outros países foi utilizado com fins positivos como atualizar o valor do ativo imobilizado e tem valor informacional para as empresas como mostrado por Paik (2009) e Tay (2009). Ao relacionar a reavaliação de ativos com o custo histórico sendo o método mais utilizado atualmente para avaliar ativos no Brasil, nota-se que conforme Marion (2003) o custo histórico tem seu principal defeito relacionado ao tempo quanto mais velho for um ativo maior será a defasagem de valor, em contrapartida a reavaliação de ativos traz o valor do ativo a

o seu valor de mercado. Nichols e Buerger (2002, p. 156) explanam que “a vantagem do uso do custo histórico para mensuração de ativos está na sua confiabilidade” em contrapartida a reavaliação gera distorções prejudicando as análises, sendo assim a discussão desses métodos é a melhor forma de melhorar a avaliação de ativos.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para Gil (2008, p 1) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Essa pesquisa se aplica na natureza básica e descritiva, pois tem por objetivo aprimorar o conhecimento sobre uma prática contábil por meio da coleta da opinião de profissionais formados em Ciências Contábeis.

A pesquisa é classificada como *Survey*, pois buscou a opinião de um grupo de profissionais sobre uma prática contábil. De acordo com Gil (1999, p 70) as pesquisas *Survey* envolvem “a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante a análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

A abordagem do problema é quantitativa, pois utiliza dados e instrumentos estatísticos para classificar os resultados obtidos. De acordo com Richardson (1999, p. 70) a abordagem quantitativa é o “emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.”

4.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A formação da amostra deu-se por meio de listas de contadores disponibilizados pelo CRC-PR e CRC-SC, e por contato via e-mail com os escritórios localizados no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, foi enviado para 378 contadores, obtendo 78 respostas, um retorno de 20,6%.

Os contadores responderam a um questionário desenvolvido na ferramenta Formulários do Google®, que foi dividido em 3 blocos: caracterização do

respondente, caracterização da opinião sobre o custo histórico e importância da informação e caracterização da opinião da reavaliação de ativos e sua proibição.

A primeira parte do questionário buscou captar as características de cada profissional, como idade, área de atuação, características importantes da informação contábil, tempo de atuação com contabilidade, mas principalmente sobre o seu conhecimento sobre reavaliação de ativos, se conhecia o procedimento, se já utilizou em sua carreira e se usou, para quais os fins.

Assim, para definir essas motivações para fazer a reavaliação de ativos localizadas nas questões 6 e 9 foram usadas as exclamações dos autores listados no Quadro 1. Além disso, também foi aberto a oportunidade para o respondente colocar a sua própria motivação para reavaliar um ativo. Já as questões 10 e 11 buscaram quantificar a opinião do respondente sobre o valor informacional do ativo imobilizado atualmente e o valor de mercado para itens do mesmo grupo.

| Motivações | Autor | Exclamação |
|---|--|---|
| Trazer informações atualizadas para o balanço. | Assing <i>et al.</i> (2010, p. 2) | "O motivo para se fazer a reavaliação e fazer constar o novo valor no Balanço Patrimonial é apresentar os valores de forma mais realista quando o valor do ativo estiver distorcido; assim, as demonstrações contábeis têm os valores atualizados, apresentando resultados mais fiéis à realidade". |
| Aumentar o Patrimônio Líquido. | Schvirck (2006, p. 128) | "Empresas que fazem a reavaliação sem atender à periodicidade da legislação, não realizam a reserva de reavaliação, mantendo-a no patrimônio líquido e também não efetuam as provisões referentes aos tributos". |
| Diminuir dividendos. | Iudicibus <i>et al.</i> (2010, p. 448) | São muitos exemplos de empresas que procederam a reavaliação de seus ativos para transformar Patrimônios Líquidos negativos em positivos, para diminuir os dividendos a serem distribuídos, para conseguir concordar ou algum tipo de favorecimento jurídico, ou até mesmo participar de concorrências públicas |
| Conseguir financiamento com instituições financeiras. | | |
| Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado | Missionier-Piera (2007, p. 5) | Uma empresa também pode considerar reavaliações para cima para revelar sua verdadeira situação econômica e financeira para os investidores (traduzido pelo autor). |
| | Tabari e Adi (2014, p. 1) | Considerando os custos de depreciação de ativos fixos com base em valores atuais que tornam os custos finais dos produtos mais próximos da realidade (traduzido pelo autor). |

Quadro 1 - Motivos para reavaliar um ativo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda parte do questionário teve como objetivo buscar a percepção do respondente sobre custo histórico, e o valor informacional do custo histórico versus o valor de mercado. Para isso foram utilizadas questões relacionadas ao funcionamento do custo histórico, vantagens e desvantagens do seu uso. As questões foram desenvolvidas conforme exclamações dos autores listados no Quadro 2.

| Pergunta | Autor | Exclamações |
|---|--|---|
| 12 - O custo histórico demonstra informações relevantes em períodos com altas elevações de preços. | Tinoco (1992, p. 7) | “Demonstrativos baseados em custos históricos não são relevantes para a tomada de decisões quando existem flutuações gerais ou específicas de preços, ainda que revele uma pretensa aderência no momento da aquisição dos ativos para expressar os potenciais serviços futuros”. |
| 13 - um dos principais problemas do Custo Histórico está relacionado ao tempo, quanto mais antigo for o ativo registrado por custo histórico, maior será a diferença do seu valor original com o valor atual. | Marion (2003, p. 140) | “Um problema do Custo Histórico como Base de Valor para os registros contábeis é que, quanto mais antigo for o evento registrado (contabilizado), diante de uma economia inflacionária, mais pobre torna-se um indicador (desatualizado). Seu valor atual de mercado, certamente, será maior do que o registrado (histórico). Assim, os relatórios contábeis, perderiam sua potencialidade de melhor informarem aos usuários da contabilidade”. |
| 14 - O custo histórico pode mascarar más decisões de investimento. | Jaijairam (2013, p. 4) | Usando a contabilidade de custos históricos, as equipes de gerenciamento têm mais margem de manobra para ocultar más decisões de investimento e evitar as consequências do declínio dos níveis de patrimônio e ativos. Assim, é improvável que qualquer entidade divulgue sua falha financeira por meio do método de contabilização de custos histórico (traduzido pelo autor). |
| 15 - A contabilidade do custo histórico é fácil de compreender, pois se baseia em um preço fixo que é sempre completamente conhecido. | Jaijairam (2013, p. 2) Meunier (2012) | A contabilidade de custos históricos é fácil de entender porque se baseia em um preço fixo que é sempre completamente conhecido, especificamente o preço real que uma empresa pagou. A contabilidade de custos históricos é geralmente mais fácil de seguir, uma vez que é baseada em entradas fixas e certas. Enquanto isso elimina a incerteza da decisão de avaliação inicial, cria |

| | | |
|--|-------------------------|--|
| | | incerteza em períodos futuros sobre o valor real de ativos (traduzido pelo autor). |
| 16 - O custo histórico é caracterizado por sua subjetividade e facilidade de processo com fluxos de caixa de uma entidade. | Battistela (2011, p. 3) | “A contabilidade tem o custo histórico como uma de suas bases de mensuração mais tradicional. Este fato pode ser explicado, dentre outro, por sua relativa simplicidade e também pela sua articulação mais imediata com fluxos de caixa de uma entidade. |

Quadro 2 – Perguntas sobre o custo histórico

Fonte: elaborado pelo autor.

A terceira parte do questionário foi desenvolvida para captar a opinião do respondente sobre o processo de reavaliação de ativos, suas vantagens, desvantagens e a proibição do procedimento. O Quadro 3 explana as perguntas utilizadas na terceira parte com os autores que deram origem a pergunta.

| Pergunta | Autor | Explicação |
|--|--|---|
| 17 - A razão para reavaliar um ativo é trazer valores de forma mais realista para o Balanço Patrimonial. | Tabari e Adi (2014, p. 1) | Considerando os custos de depreciação de ativos fixos com base em valores atuais que tornam os custos finais dos produtos mais próximos da realidade (traduzido pelo autor). |
| 18 - Com a reavaliação é possível demonstrar melhores taxas de retorno do capital investido | Tay (2009, p. 3) | Há também uma série de motivações para a reavaliação de ativos, por exemplo, (1) para mostrar a verdadeira taxa de retorno sobre o capital empregado.(traduzido pelo autor) |
| 19 - Sabendo o valor de mercado de um item do imobilizado a entidade vai apresentar resultados e custos de reprodução mais afastados do conceito de reposição de ativos. | Souza (2009, p. 51) | “Outro benefício é a atualização das depreciações, a entidade poderá apresentar resultados e custo de produção mais próximos do conceito de reposição de ativos”. |
| 20 - O principal motivo para fazer reavaliações no Brasil foi para reduzir a distribuição de dividendos, para obter licitações públicas e financiamentos. | Iudicibus <i>et al.</i> (2010, p. 448) | “São muitos exemplos de empresas que procederam a reavaliação de seus ativos para transformar Patrimônios Líquidos negativos em positivos, para diminuir os dividendos a serem distribuídos, para conseguir concordar ou algum tipo de favorecimento jurídico, ou até mesmo participar de concorrências públicas” |
| 21 - A reavaliação foi proibida, pois as empresas não respeitavam a legislação. | Schvirck (2006, p. 127) | “Resultados da pesquisa que reforçam a suspeita do uso manipulador são: 90% das empresas não reavaliarem os ativos periodicamente, conforme previsto na legislação”. |

| | | |
|--|----------------------------------|--|
| 22 - Foi proibido devido às dificuldades geradas pela facultatividade da reavaliação. | Szuster e Fernandes (2009, p. 7) | “A reavaliação, no Brasil, é um dos procedimentos contábeis que mais tem trazido dificuldade para análise de usuários externos de demonstrações contábeis, tais como analistas financeiros, analistas de crédito, estudantes e acadêmicos. Uma vez que o procedimento é uma permissão e não uma obrigatoriedade, é possível observar relevantes distorções patrimoniais entre entidades de mesmo porte, atividade econômica e localização geográfica”. |
| 23 - Foi proibido devido a complexidade do processo que de acordo com a NPC 24 sempre requeria uma empresa especializada ou três peritos para fazer um laudo de reavaliação. | NPC 24 | “A Lei nº 6404/76 estabelece a avaliação por três peritos ou por empresa especializada, nomeados em Assembleia Geral Extraordinária, convocada com essa finalidade no caso de sociedades por ações. Nas demais entidades, deve ser adotado procedimento semelhante” |
| 24 - Foi proibido, porque ter itens do ativo imobilizados a valor de mercado são prejudiciais a economia. | Autor | - |
| 25 - Foi proibido, pois as empresas faziam a reavaliação apenas de um grupo de contas do imobilizado tirando a uniformidade e com isso prejudicando as análises de balanço. | Schvirck (2006, p 128) | “A heterogeneidade existente no tratamento e utilização da reavaliação provoca dificuldades para se realizar a análise das demonstrações das empresas, seja qual for a prática utilizada”. |

Quadro 3 – Perguntas sobre a reavaliação de ativos.

Fonte: Elaborado pelo Autor

4.2.1 ANÁLISE DE DADOS

Através dos dados coletados pelos questionários foi aplicado a estatística descritiva que de acordo com Martins e Theóphilo é (2009, pg 108) “...a organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados é chamada de estatística descritiva”.

Através da análise descritiva de dados foi elaborado gráficos, tabelas e quadros, comparando os resultados obtidos em número inteiro e em porcentagem de modo a captar a percepção da amostra sobre a questão e interpretar os resultados da pesquisa.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 SOBRE A AMOSTRA

A amostra é composta de 79 contadores localizados no Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, 1 respondente foi eliminado, pois não possui idade para ter bacharel em ciências contábeis, restando 78 respondentes, que possuem de 22 a 65 anos de idade e trabalham com contabilidade de 3 a 43 anos de atuação, as áreas de atuação são demonstradas na Tabela 1.

| Anos de experiência | Área de atuação | % Contadores |
|---------------------|-------------------------------|--------------|
| Até 05 anos | Fiscal | 13% |
| | Gerencial | 9% |
| | Fiscal e Gerencial | 4% |
| | Pública | 5% |
| | Auditoria | 3% |
| De 06 a 15 anos | Fiscal | 17% |
| | Gerencial | 5% |
| | Fiscal e Gerencial | 13% |
| | Pública | 6% |
| | Auditoria | 3% |
| | Auditoria, Fiscal e Gerencial | 3% |
| De 16 a 25 | Gerencial | 3% |
| | Fiscal e Gerencial | 5% |
| | Pública | 1% |
| | Auditoria | 1% |
| | Auditoria, Fiscal e Gerencial | 1% |
| | Auditoria e Pública | 1% |
| De 26 a 35 | Fiscal e Gerencial | 1% |
| | Pública | 1% |
| | Auditoria, Fiscal e Gerencial | 1% |
| | Auditoria e Gerencial | 1% |
| Acima de 36 | Gerencial | 1% |
| | Auditoria | 1% |

Tabela 1 – Distribuição de anos de experiência e área atuante

Fonte: Elaborado Autor

Na Tabela 1 é possível visualizar que com o aumento da experiência dos respondentes existe uma diminuição da área fiscal, que representa na amostra 29% dos respondentes, gerencial com 18%, fiscal e gerencial com 23%, contabilidade pública com 14%, auditoria 8%, auditoria fiscal e gerencial 5%, auditoria e pública com 1% e auditoria e gerencial 1% os contadores que trabalham em mais de uma área representam 30,77% da amostra.

A legislação brasileira proibiu o uso da reavaliação de ativos com a ascensão da lei 11638/2007, há 12 anos. A pesquisa apresenta quantos contadores conhecem a reavaliação de ativos e quantos desconhecem essa prática contábil os dados

sendo que 85% dos respondentes conhecem a reavaliação e 15% a desconhecem, mostrando que a maioria dos contadores não esqueceram a existência do procedimento de reavaliação.

Para Sloan (1999) existem duas correntes clássicas na contabilidade que caracterizam a informação contábil, em que uma representa a relevância e a outra a confiabilidade, e ainda segundo Reina *et al.* (2014) mais recentemente outras qualidades da informação contábil tem tido destaque como a comparabilidade. Na opinião dos contadores dentro da pesquisa a característica mais importante é confiabilidade com 77%, seguido da relevância com 13% e comparabilidade com 10%.

O procedimento de reavaliação de ativos está envolvido na discussão dessas qualidades, devido ao seu contraponto com o custo histórico que tem a confiabilidade como sua principal qualidade, em contrapartida seu defeito é a relevância ao passar do tempo, que é considerada a principal qualidade da reavaliação de ativos, conforme o estudo de value relevance de Battistela (2011), sendo assim o estudo relaciona as qualidades da informação importantes para os contadores ao uso da reavaliação nas suas carreiras.

| Características da informação contábil | Uso da reavaliação | |
|--|--------------------|-----|
| | Sim | Não |
| Relevância | 1% | 12% |
| Confiabilidade | 33% | 44% |
| Comparabilidade | 5% | 5% |

Quadro 4 – Quadro de comparação de uso da reavaliação e qualidade da informação contábil
Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar do processo de reavaliação ser criticado por sua falta de confiabilidade, 33% dos respondentes que utilizaram a reavaliação escolheram a confiabilidade como a característica mais importante para uma informação contábil, mesmo sendo um dos principais defeitos da reavaliação comparado ao custo histórico, conforme Nichols e Buerger (2002).

Sobre o uso da reavaliação 31 respondentes já utilizaram o procedimento para diversos fins como é demonstrado pelo Gráfico 1 abaixo.

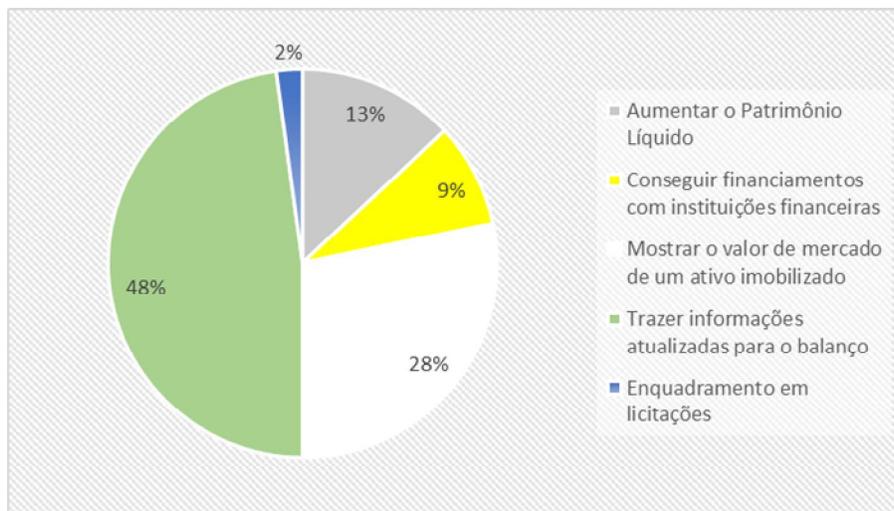


Gráfico 1 – Fins usados pelos respondentes para reavaliar ativos
Fonte: elaborado pelo autor

Os fins mais recorrentes apontados pelos respondentes para fazer a reavaliação é trazer informações atualizadas para o balanço e mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado, isso mostra que os contadores utilizaram de acordo com a explanação de Assing *et al.* (2010 p. 2) “O motivo para se fazer a reavaliação e fazer constar o novo valor no Balanço Patrimonial é apresentar os valores de forma mais realista”. Já para Tabari & Adi(2014 p. 1) “considerando os custos de depreciação de ativos fixos com base em valores atuais que tornam os custos finais dos produtos mais próximos da realidade”.

Com base nas respostas apresentadas, foi possível identificar que, mesmo após a proibição da reavaliação de ativos, pela Lei 11638/2007, ainda há profissionais realizando tal procedimento, como mostrado na Tabela 2.

| Motivações e anos de experiência dos usuários da reavaliação | | | |
|--|----------------------|---|--------------------|
| Anos de experiência | Número de contadores | Motivações | Número de escolhas |
| Até 5 anos | 6 | Trazer informações atualizadas para o balanço | 4 |
| | | Aumentar Patrimônio Líquido | 1 |
| | | Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado | 1 |
| | | Conseguir financiamentos com instituições financeiras | 2 |
| De 6 a 15 anos | 13 | Trazer informações atualizadas para o balanço | 8 |
| | | Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado | 8 |

| | | | |
|-------------|---|---|---|
| | | Conseguir financiamentos com instituições financeiras | 2 |
| | | Aumentar o Patrimônio Líquido | 1 |
| De 16 a 25 | 7 | Trazer informações atualizadas para o balanço | 6 |
| | | Aumentar Patrimônio Líquido | 3 |
| | | Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado | 3 |
| | | Conseguir financiamentos com instituições financeiras | 1 |
| | | Enquadramento em licitações | 1 |
| | | | |
| De 26 a 35 | 3 | Trazer informações atualizadas para o balanço | 3 |
| | | Aumentar Patrimônio Líquido | 1 |
| | | Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado | 2 |
| | | Conseguir financiamentos com instituições financeiras | 2 |
| Acima de 36 | 2 | Trazer informações atualizadas para o balanço | 2 |

Tabela 2 Experiência dos contadores e as motivações por trás da reavaliação de ativos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode ser evidenciado, observando a Tabela 2, que 6 respondentes com tempo de atuação inferior a 10 anos indicaram ter feito uso da reavaliação de ativos mostrando que ainda hoje essa prática contábil talvez esteja em uso para outros fins.

As motivações que mais influenciaram a reavaliação para estes contadores foram trazer as informações atualizadas para o balanço e mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado, também é constatado observando, a Tabela 2, que das 51 escolhas, apenas 6 são motivadas pelo aumento do Patrimônio Líquido um resultado positivo considerando que as empresas não baixavam a reserva mantendo no patrimônio Líquido para manipular índices financeiros conforme o estudo de Schvirck (2006).

Outro uso especulativo discutido por Ludicibus *et al.* (2010) é o uso da reavaliação para conseguir financiamentos com instituições financeiras ao analisar as escolhas feitas pelos respondentes 7 escolhas foram destinadas a conseguir financiamentos, com isso é possível demonstrar que a reavaliação foi usada como um meio especulativo mesmo sendo a minoria das escolhas dos respondentes.

Se a reavaliação de ativos fosse permitida atualmente 74 respondentes a utilizariam e 4 não utilizariam, as motivações dos contadores estão expostas no Gráfico 2.

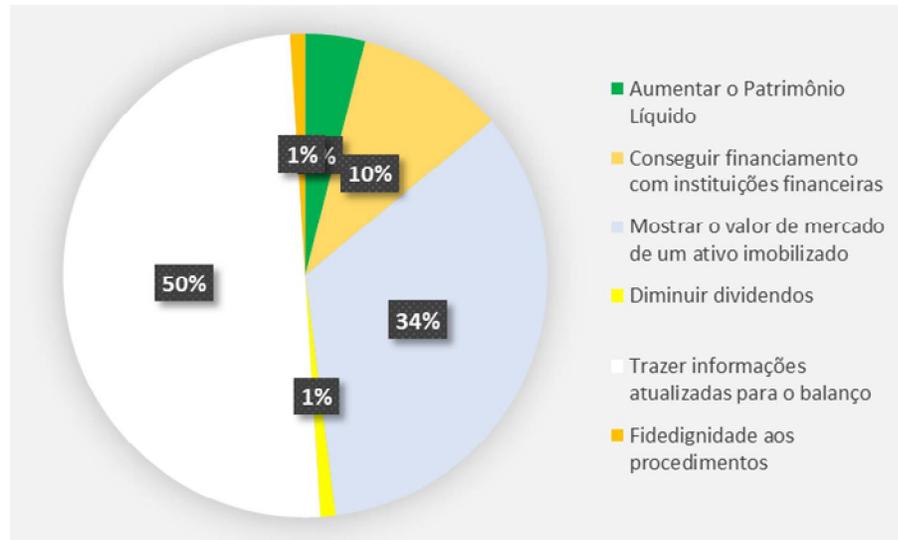


Gráfico 2 – Motivações para o uso da reavaliação se fosse permitido atualmente
Fonte: Elaborado pelo autor

Das 113 motivações escolhidas pelos respondentes, 50% usariam a reavaliação para trazer informações atualizadas para o balanço, 34% usariam para mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado, 4% para aumentar o Patrimônio Líquido, 1% para dar fidedignidade aos procedimentos, 1% para diminuir dividendos e 10% para conseguir financiamentos com instituições financeiras, com base nas motivações escolhidas fica claro para a pesquisa que a maioria dos contadores pensam em utilizar a reavaliação de ativos para melhorar as informações contábeis.

Porém mesmo sendo minoria na amostra ainda existem contadores que visam utilizar a prática para fins especulativos prejudicando a qualidade da informação, e também há dificuldade em segregar quais usuários fazem bom uso da reavaliação e quais não o fazem, criando informações enganosas (SCHVIRCK, 2006).

A informação gerada pelo ativo imobilizado para Souza (2011) é pouco relevante para a tomada de decisões atuais, pois fornece informação “fora do prazo”, que já não reflete a situação econômica e financeira da empresa, nesse sentido a opinião sobre a informação gerada pelo grupo imobilizado atualmente está exposta no Gráfico 3.

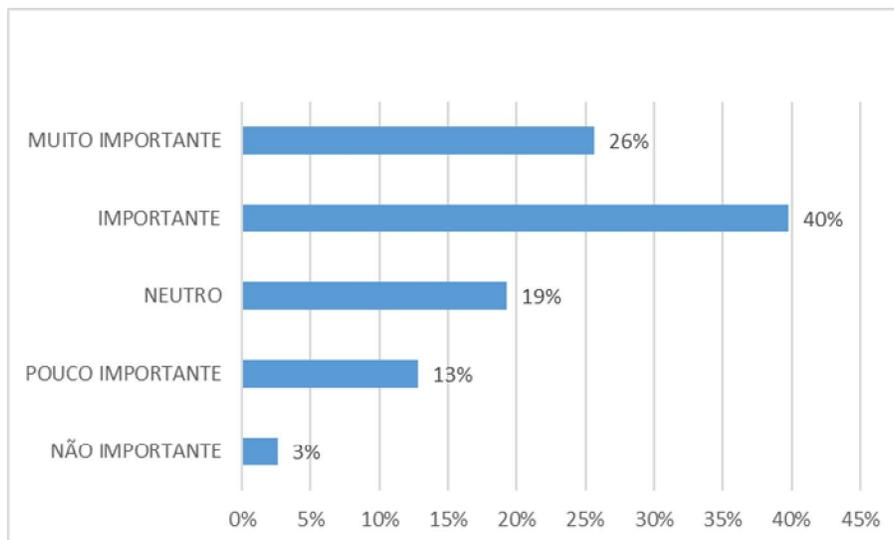


Gráfico 3 – Importância da informação do ativo imobilizado atualmente
Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme apresentado no Gráfico 3, 26% dos respondentes acreditam que a informação gerada é muito importante, 40% importante, 19% não sabem ou não possuem opinião, 13% acham pouco importante e 3% não importante, sendo assim na opinião da maioria da amostra a informação gerada pelo ativo imobilizado tem importância para a contabilidade. Comparando esses resultados com o Gráfico 4, que demonstra como os contadores consideram a informação gerada pelo ativo imobilizado a valor de mercado.

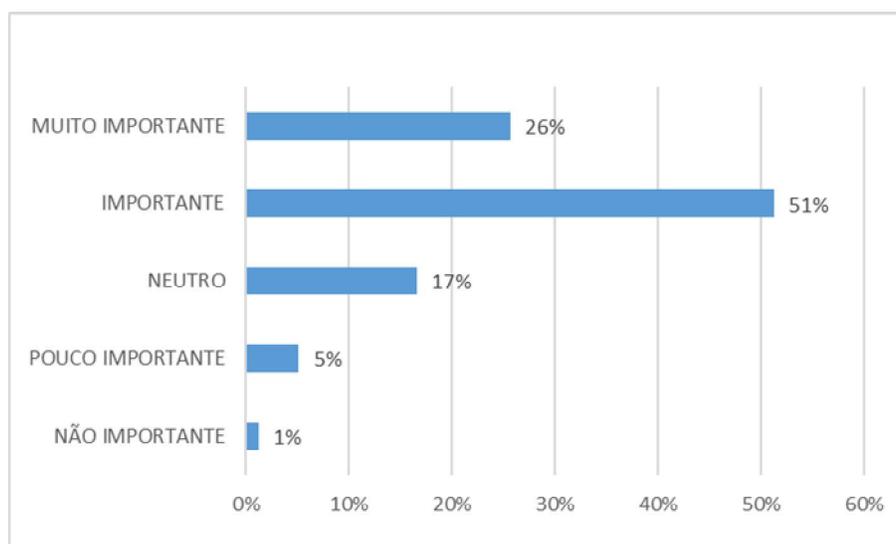


Gráfico 4 – Importância da informação gerada pelo ativo imobilizado a valor de mercado.
Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se que ambos são considerados importantes pelos contadores, mas a informação gerada pelo valor de mercado é mais importante na opinião da amostra sendo 26% muito importante, 51% importante, 17% neutro 5% pouco importante e 1% não importante. Portanto, com base nos dados apresentados pelos respondentes, nota-se que aos contadores o valor de mercado de um ativo é mais importante do que o método de avaliação de ativos atual.

5.2 OPINIÃO SOBRE O CUSTO HISTÓRICO

O custo histórico é o meio mais utilizado atualmente para avaliar ativos, a questão 12 mostra a opinião dos contadores sobre a utilidade do custo histórico em períodos com altas elevações de preços conforme a explanação de Tinoco (1992 p. 7) “Demonstrativos baseados em custo histórico não são relevantes para a tomada de decisões quando existem flutuações gerais ou específicas de preços, ainda que revele uma pretensa aderência no momento da aquisição dos ativos para expressar os potenciais serviços futuros”.

A opinião da amostra sobre essa afirmação resultou em 11 respondentes discordam totalmente, 17 apenas discordam e 28 não tem opinião ou não sabem, 15 concordam, e 7 concordam totalmente, mostrando que grande parte dos respondentes não conhece essa limitação do custo histórico exposta por Tinoco (1992).

A questão 13 com base na explanação de Marion (2003) sobre o defeito do custo histórico em relação ao tempo, mencionando que quanto mais antigo for o ativo maior será a diferença do valor contábil, a opinião da amostra sobre a explanação do autor está exposta no Gráfico 5.

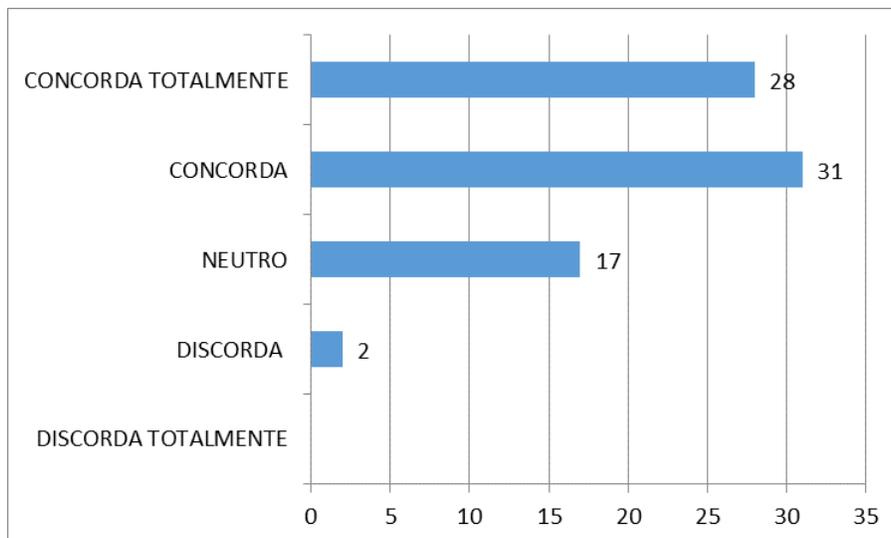


Gráfico 5 – Opinião sobre o custo histórico em relação ao tempo
Fonte: elaborado pelo autor

Com isso 28 contadores concordam totalmente, 31 concordam, 17 não possuem opinião ou não sabem, e apenas 2 discordam, por meio dessa questão é possível demonstrar que a maioria dos contadores entendem a defasagem que ocorre utilizando o método do custo histórico.

De acordo com Jajairam (2013) o custo histórico pode ser usado para mascarar más decisões de investimento, a percepção do contadores sobre essa afirmação está exposta no Gráfico 6.

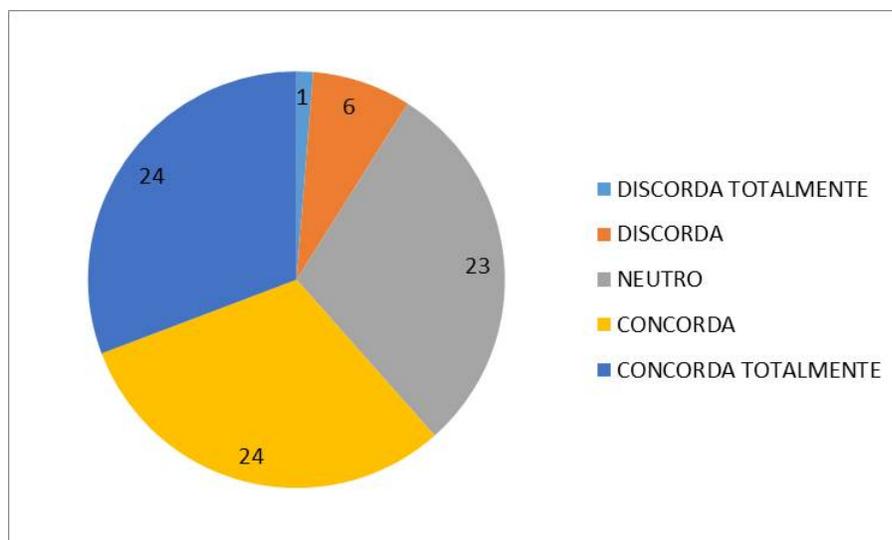


Gráfico 6 – Custo histórico e más decisões de investimento
Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados são 24 respondentes concordam totalmente, 24 apenas concordam, 6 discordam, 23 não possuem opinião ou não sabem e um discorda totalmente, esse resultado mostra que o custo histórico também possui falhas de confiabilidade na opinião da maioria dos contadores.

Através das explicações de Jaijaram (2013) e Meunier (2012) a respeito da facilidade de compreensão do custo histórico e tem como sua base um valor sempre conhecido o posicionamento dos contadores sobre essa afirmação estão expostos no Gráfico 7.

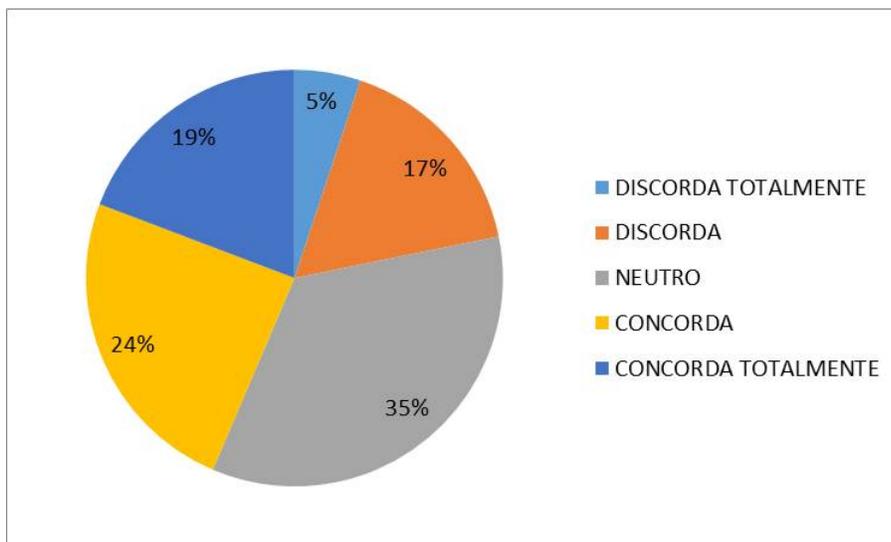


Gráfico 7 – Facilidade de compreensão do custo histórico
Fonte: elaborado pelo autor

Como demonstrado pelo Gráfico 7 não há um consenso sobre a facilidade do método sendo que o maior percentual da opinião dos contadores corresponde há não sabe ou não possui opinião.

De acordo com Battistela (2011) o custo histórico é simples e tem facilidade com fluxos de caixa. A questão foi apresentada de forma negativa à tal afirmação, os respondentes demonstraram, em sua maioria que não sabe ou não tem opinião, conforme o Gráfico 8.

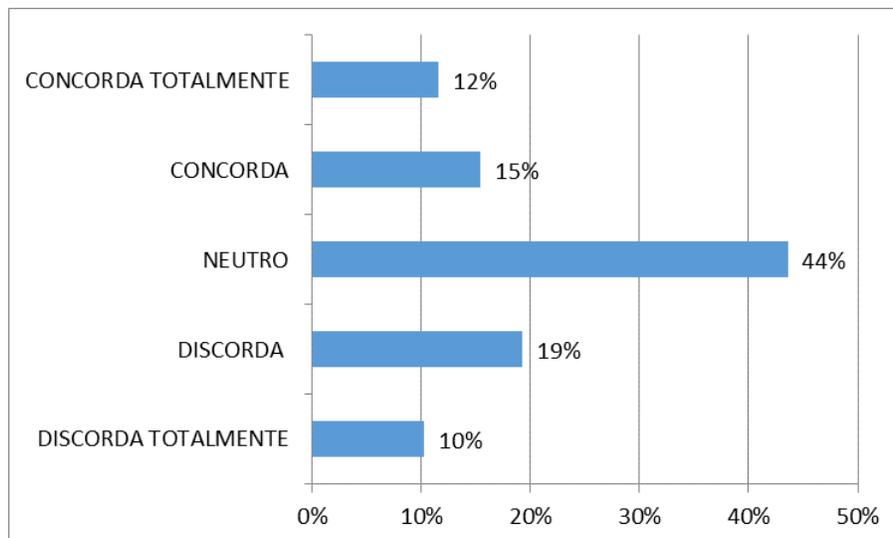


Gráfico 8 – Facilidade do Custo histórico com fluxos de caixa
Fonte: elaborado pelo autor.

5.3 OPINIÃO SOBRE A REAVALIAÇÃO ATIVOS

Para Tabari e Adi (2014) a reavaliação de ativos é feita para trazer valores de forma mais realista para o balanço patrimonial, quanto à essa afirmativa, 62% dos contadores da amostra concordam totalmente, 24% concordam, 10% não sabem ou não possuem opinião e 4% apenas discorda, demonstrando que apesar de ter defeitos a maioria dos contadores concordam nessa qualidade da reavaliação de ativos.

Uma das razões para realizar uma reavaliação de ativos é demonstrar a verdadeira taxa de retorno sobre o capital empregado (TAY, 2014). O Gráfico 9 expõe a percepção dos contadores sobre essa afirmação.

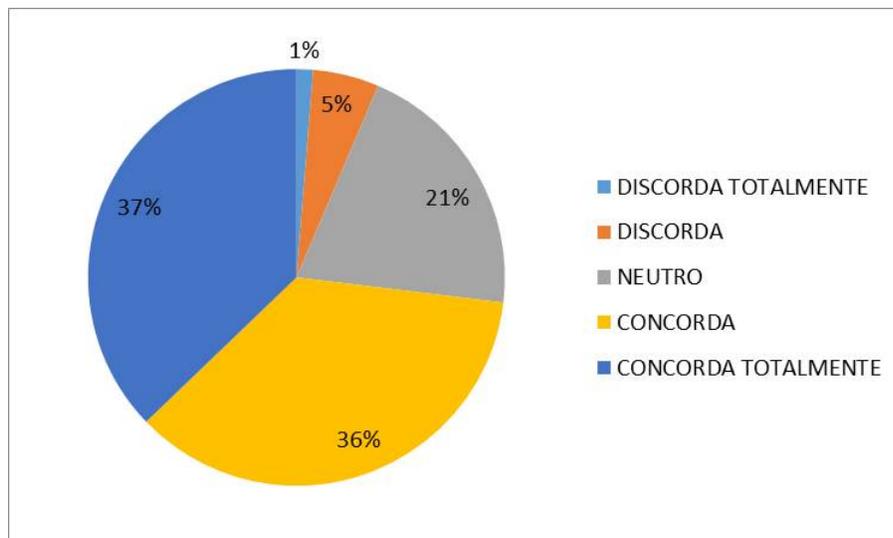


Gráfico 9 – Reavaliação e taxa de retorno de capital
Fonte: elaborado pelo autor.

Os respondentes da pesquisa indicaram que 37% concordam totalmente, apenas concordam 36%, 1% discordam totalmente, 5% discordam e 21% não tem opinião ou não sabem, como demonstrado no Gráfico 9. Isso mostra que a maioria dos contadores consideram a taxa de retorno sobre o capital empregado uma informação relevante e a reavaliação pode aprimorar esse índice.

Souza (2009) em seu trabalho explanou que outro benefício da reavaliação é a atualização das depreciações apresentando custos de reposição mais próximos da realidade, na questão 19 a afirmação do autor, foi apresentada de forma negativa, com o intuito de testar a atenção dos respondentes o Gráfico 10 apresenta essa informação.

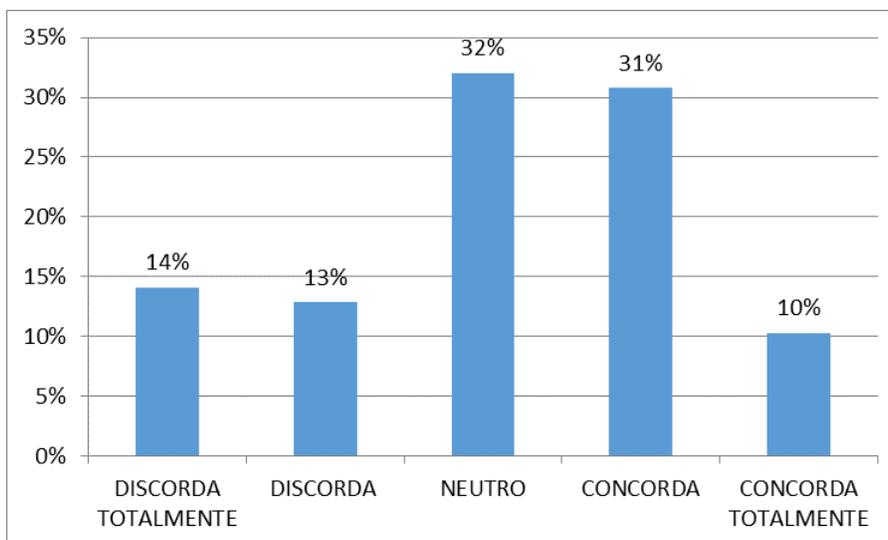


Gráfico 10 – Reavaliação e a atualização de depreciações.
Fonte: elaborado pelo autor

Observando o Gráfico 10 nota-se que a 41% dos contadores concordaram com a inversão da explanação de Souza (2009), 32% não sabiam ou não tinham opinião e apenas 27% discordaram da questão, o que demonstra que a maioria dos contadores não veem benefícios na atualização das depreciações.

Sobre as motivações para reavaliar um ativo (Iudicibus *et al*, 2010) comenta “empresas que procederam a reavaliação de seus ativos para transformar Patrimônios Líquidos negativos em positivos, para diminuir os dividendos a serem distribuídos, para conseguir concordata a ou algum tipo de favorecimento jurídico, ou até mesmo participar de concorrências públicas”.

Essa afirmativa foi utilizada na questão 20, sendo que 9% discordam totalmente, 14% apenas discordam, 42% não sabem ou não possuem opinião, 21% concordam e 14% concordam totalmente, sendo assim a maior parte da amostra não conhece os reais motivos da proibição da reavaliação de ativos, isso pode ser comparado com uso de reavaliações pelos contadores, sendo a motivação mais recorrente para a reavaliação é trazer informações atualizadas para o balanço, isso explicaria a abstenção de opinião sobre a explanação do autor.

5.4 OPINIÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DA REAVALIAÇÃO ATIVOS

Schvirck (2006) em sua pesquisa descobriu que as empresas usavam a reavaliação de ativos com fins manipulativos não fazendo as avaliações conforme previsto na legislação, foi questionado aos contadores sobre essa afirmação na questão 21, e 8 discordaram totalmente, 14 apenas discordaram, 29 não sabem ou não possuem opinião, 16 concordam e 11 concordam totalmente, demonstrado que a maioria da amostra não tem certeza sobre o uso da reavaliação de ativos como fim manipulativo.

De acordo com Szuster & Fernandes (2009) existe uma dificuldade em relação a reavaliação de ativos devido a sua facultatividade, principalmente na hora de comparar uma empresa que usa custo-histórico e uma que utiliza a reavaliação. Apresentada aos pesquisados como um dos motivos da proibição da reavaliação a opinião dos contadores sobre essa afirmativa está exposta no Gráfico 11.

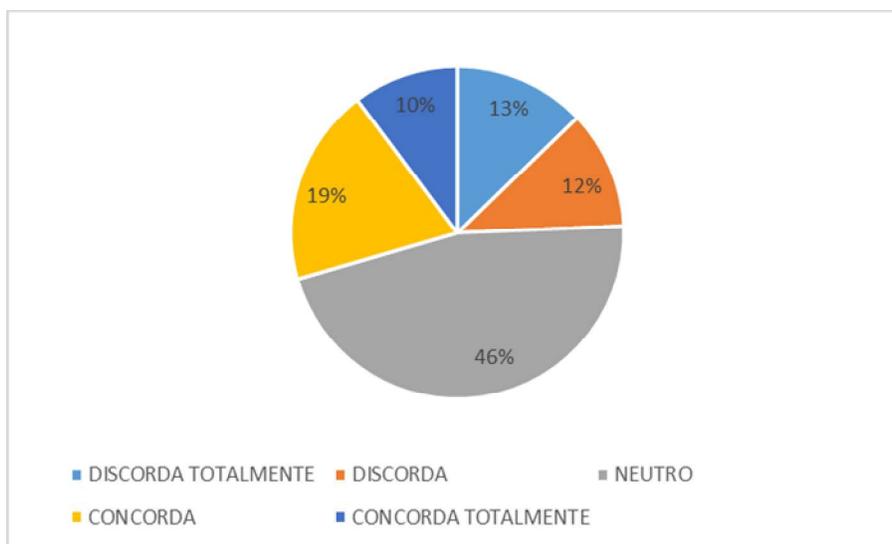


Gráfico 11 – Proibição da reavaliação devido a facultatividade.
Fonte: elaborado pelo autor

Conforme demonstrado pelo Gráfico 11 o maior percentual é referente aos contadores que não sabem ou não possuem opinião, portanto a maioria da amostra desconhece essa dificuldade exposta por Szuster & Fernandes (2009).

Conforme a Lei nº 6404/1976, para realizar a reavaliação é necessário o parecer de 3 peritos avaliadores ou empresa especializada, que devem ser nomeados em Assembleia Geral Extraordinária. E foi exposta a complexidade do processo de reavaliação como sendo esse um dos motivos da proibição, as respostas dos contadores sobre esse comentário 9% discordam totalmente, 15% apenas discordam, 44% não sabem ou não possuem opinião, 23% concordam e 9% concordam totalmente.

A reavaliação de ativos consiste em trazer os bens da empresa a valor de mercado, sendo assim foi apresentada de forma negativa afirmando que ter bens do grupo do ativo imobilizado é prejudicial a economia, contrariando a explanação Souza (2009, p 51) com o intuito de testar a atenção do respondente os resultados estão expostos no Gráfico 12.

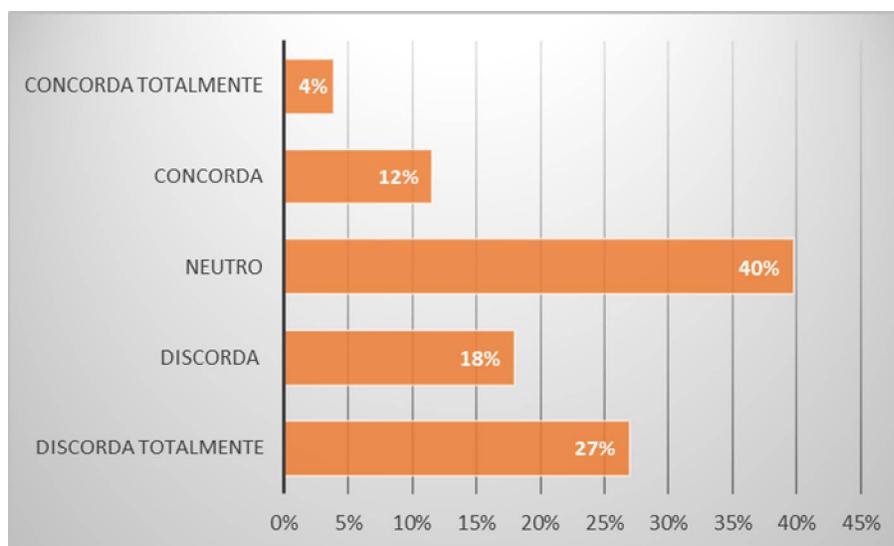


Gráfico 12 - Opinião sobre o ativo imobilizado a valor de mercado e a economia.
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme exposto no Gráfico 12, 40% dos respondentes não sabem ou não possuem opinião, 18% discorda, 27% discorda totalmente, 12% concorda e 4% concorda totalmente.

De acordo com Schvirck (2006) “A heterogeneidade existente no tratamento e utilização da reavaliação provoca dificuldades para se realizar a análise das demonstrações das empresas, seja qual for a prática utilizada”. Isso dificulta principalmente a comparabilidade de balanços e índices, foi questionado aos

contadores se esse seria um dos motivos da proibição, os resultados estão expostos no Gráfico 13.

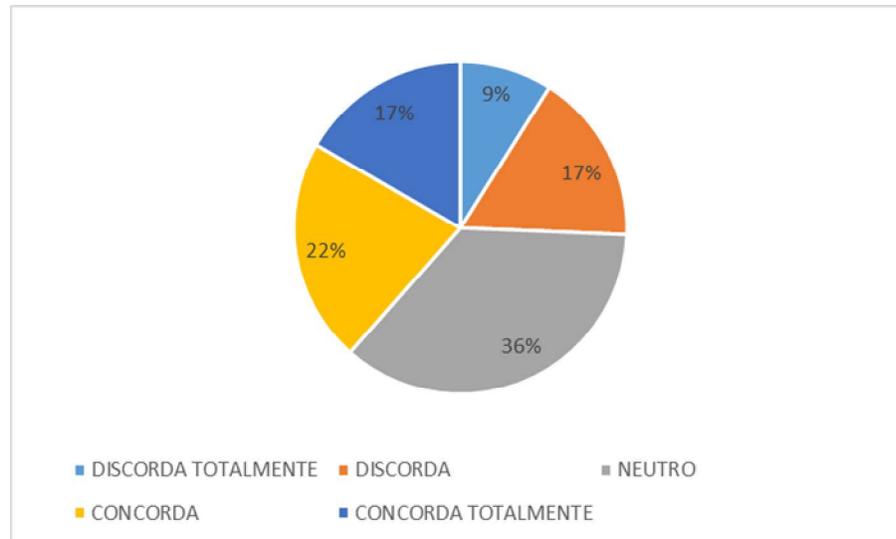


Gráfico 13 – Análise das demonstrações das empresas.
Fonte: elaborado pelo autor

O Gráfico 13 mostra que a maioria dos contadores não sabem ou não possuem opinião, sobre a explanação de Schvirck (2006).

5.5 CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS

Com as opiniões dos contadores sobre as questões levantadas pela pesquisa, pode se concluir que sobre a reavaliação de ativos 85% dos contadores conheciam o procedimento e 94% da amostra utilizaria em suas carreiras hoje, se fosse permitido por Lei.

A opinião geral sobre a reavaliação de ativos é positiva na questão 17 e 18 que se referem ao uso da reavaliação para trazer resultados mais realistas para o balanço e a possibilidade de melhorar taxas de retorno do capital investido que se referem a explicações de Tabari e Adi (2014, p 1) e Tay (2010, p 3), já as questões 19 e 20 tiveram resultados diferentes, a questão 19 foi apresentada de uma forma negativa através da inversão do comentário de Souza (2009, p 51) sobre a atualização das depreciações, a questão 20 através da explanação de Ludicibus *et al* (2010) comentou que as empresas utilizam a reavaliação para reduzir dividendos, conseguir vantagens financeiras e vantagens em licitações a maioria dos

respondentes não tinham opinião sobre as questões, conforme demonstrado no Gráfico 14.

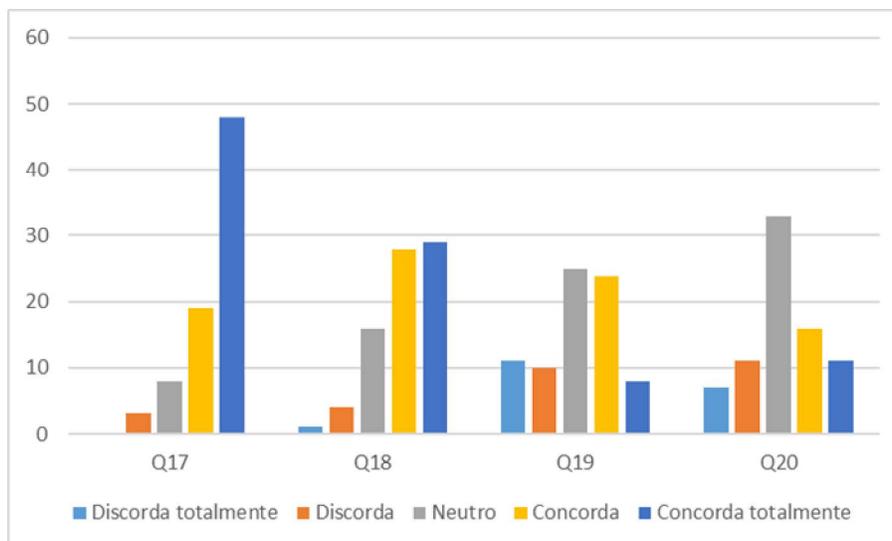


Gráfico 14 – Consolidação dos resultados da opinião sobre a reavaliação
Fonte: Elaborado pelo autor.

O custo histórico é o método mais utilizado para avaliação de ativos no Brasil desde a proibição da reavaliação de ativos. Nas questões 13 e 14 a maioria da amostra concorda com Jajairam (2013) e Marion (2003) que demonstram defeitos relevantes do custo histórico como a defasagem que ocorre com o tempo e pode ser usado para mascarar más decisões de investimento conforme exposto no Gráfico 15.

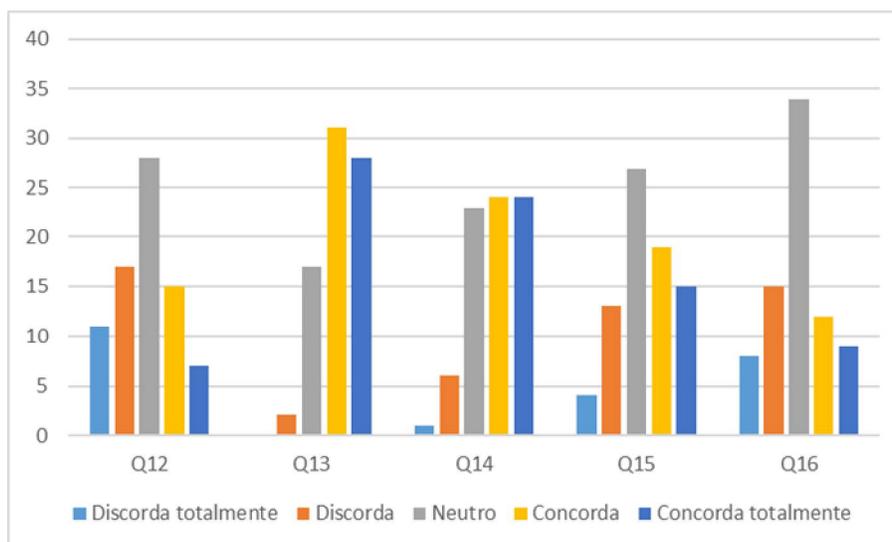


Gráfico 15 Consolidação das opiniões do custo histórico
Fonte: traduzido pelo autor

A questão 12 é baseada na explanação de Tinoco (1992, p 7) sobre os demonstrativos baseados no custo histórico perderem o valor informacional foi apresenta de forma negativa, a maior parte da amostra não apresentou opinião sobre o comentário.

As questões 15 e 16 observadas no Gráfico 15, são consideradas qualidades do custo histórico como método de avaliação de ativos, já a questão 15 através dos comentários de Jajairam (2013, p. 2) e Meunier (2012) mostraram que o custo histórico é de fácil compreensão, pois é baseado em um preço fixo. A questão 16 trouxe a explanação de Battistela (2011, p. 3) sobre a facilidade do custo histórico com o fluxo de caixa das entidades e objetividade que foi modificada para testar a atenção da amostra, a amostra apresentou um resultado em sua maioria neutro sobre essas qualidades do custo histórico o que diminui a relevância do método.

Portanto existe uma dificuldade na avaliação de ativos atualmente que tende a se tornar mais evidente graças a velocidade dos novos processos empresariais (SZUSTER *et al*, 2005). Entretanto a reavaliação de ativos como foi criada pela Lei 6404/1976, foi usada para vários fins negativos e especulativos: diminuir dividendos, tornar patrimônio líquido negativo em positivo, fazer a reavaliação fora de prazos, etc (SCHVIRCK, 2006, SZUSTER e FERNANDES, 2009, IUDICIBUS *et al*. 2010). E alguns contadores da amostra ainda usariam para esses fins conforme demonstrado na pesquisa mesmo sendo minoria.

Sobre os motivos que levaram a proibição em todas as questões a maioria dos respondentes responderam como não sabem ou não possuem opinião, conforme exposto no Gráfico 16.

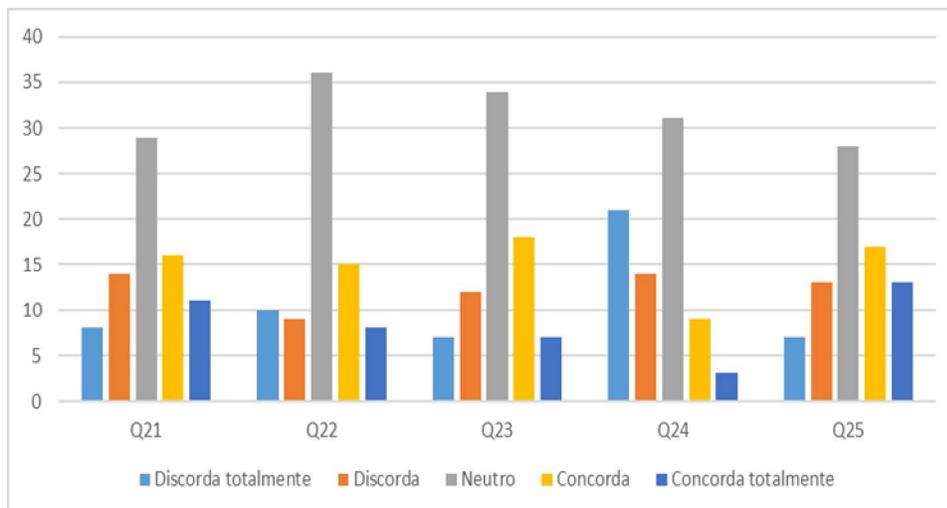


Gráfico 16 – Consolidação dos resultados da proibição da reavaliação de ativos
Fonte: Elaborado pelo autor

Esse resultado pode estar implicado ao tempo, pois a reavaliação de ativos foi proibida pela Lei 11.638/2007 há 12 anos, implicando que nem todos os contadores lembram os motivos da proibição ou tenham lido a respeito.

Ainda existe divergência legal, pois a reavaliação é proibida pela lei 11638/2007 e ao mesmo tempo o Brasil adota as Normas Internacionais de Contabilidade, e na IAS 16 a reavaliação de ativos é um método válido para a avaliação de ativos, é utilizado em outros países como Grã-bretanha, Holanda e Bélgica.

6 CONCLUSÕES

O objetivo geral do estudo foi analisar a percepção dos contadores sobre a utilização da reavaliação como método de avaliação de ativo, nesse sentido a percepção dos contadores sobre o método é positiva sendo que se fosse permitido atualmente 94,87% dos contadores utilizariam o método em sua maioria para trazer informações atualizadas para o balanço e mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado, porém ainda existem contadores que usariam o método com fins manipulativos aumentando o Patrimônio líquido e conseguindo empréstimos de instituições financeiras, e a maioria dos contadores quando questionados sobre os motivos que levaram a proibição do procedimento não possuíam opinião, mostrando o desconhecimento do uso manipulativo efetuado pelas empresas anteriormente.

Ao comparar o custo histórico à reavaliação de ativos, fica visível que o custo histórico é um método de fácil compreensão e menos custoso, porém a opinião da amostra sobre essas afirmações é neutra o que demonstra falta de relevância da prática atualmente para os contadores, já não pode se dizer que é um método totalmente confiável conforme a explanação de Jaijairam (2013) podendo ser usado para mascarar más decisões de investimento e conforme Marion (2003) quanto mais antigo o bem avaliado pelo custo histórico maior será a defasagem ocasionada pelo método e a maioria dos contadores da amostra concordam com essas afirmações.

Por outro lado a reavaliação de ativos é um método que pode melhorar as informações para a contabilidade atual, o que é cada vez mais importante devido a velocidade nos novos processos empresariais, pois atualiza os valores do balanço patrimonial trazendo-os a valor justo, ou seja, mais próximos da realidade sendo o maior motivo escolhido pelos respondentes, porém existe o custo de fazer uma reavaliação, facultatividade, complexidade e no Brasil foi usado para diminuir dividendos, manipulação do Patrimônio Líquido, obter vantagens financeiras, etc.

Todavia as falhas no método foram identificadas, portanto incumbiria aos órgãos reguladores buscarem uma forma de adaptar a reavaliação de ativos para beneficiar a qualidade da informação contábil sem perder a confiabilidade e objetividade, sendo uma prática válida para as Normas Internacionais de Contabilidade e presentes em outros países com adaptações locais.

A norma brasileira atualmente traz o custo histórico para avaliação de ativos e o valor justo limitado para abaixo do valor líquido contábil com o *Impairment*, método regulamentado no CPC 27, porém no mesmo pronunciamento há procedimentos para a reavaliação de ativo, prática proibida com Lei 11638/2007 ainda assim a mesma Lei determina a adoção das normas internacionais de contabilidade criando uma divergência legal em torno do método.

Como demonstrado no trabalho a reavaliação é um processo que demonstra informações representando a realidade econômica da empresa, o que é um dos requisitos da informação contábil de acordo com CPC 00, e a maioria dos respondentes da amostra também concordam com essa qualidade do método. Portanto a reavaliação de ativos possui potencial para aprimorar as demonstrações contábeis trazendo os valores mais próximos a realidade.

Uma sugestão para estudos futuros seria simular o uso da reavaliação com estudos práticos focando na demonstração da informação gerada para as empresas com seus bens como veículos, terrenos e instalações, comparando as diferenças obtidas nas demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme MB; PENTEADO, Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 2007, 10.

ASSING, Ildelfonso; AVILA, Renato Vieira; ALBERTON, Luiz. Atendimento às Normas na Reavaliação de Ativos Imobilizados e nos Pareceres Emitidos por Auditoria Independente. **Revista de Informação Contábil**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 1-20, abr. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7885>>.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Introdução à contabilidade. **Editores Saraiva**, 2017.

BRASIL, Deliberação 183 – Aprova pronunciamento do IBRACON sobre reavaliação de ativos, de 19 de junho de 1995, Comissão de Valores Mobiliários, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

BRASIL. Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre sociedades por ações Brasília, DF, 1976.

BARROS, Vaine de Magalhães. O novo velho enfoque da informação contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 102-112, 2005.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2007.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal, consulta nº19,20/03/2009

BATISTELLA, Flávio Donizete. **Reavaliação de ativos e correção monetária integral no Brasil: um estudo de value relevance**. 2011. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.12.2011.tde-01092011-202250.

CONTABILIDADE, Conselho Federal. NBC T 16-Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. NBC T, 2008.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. CPC, 2008.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. CPC, 2009.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 R1: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, dez, 2011.

DE CONTABILIDADE, Conselho Federal. Resolução nº 785 de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1–das características da informação contábil. Diário Oficial da União, v. 1, 2004.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 09-18, 2007.

DE SOUZA, M. S. Reavaliação de Ativos. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 5, n. 1, p. 46-52, 22 abr. 2009.

DUARTE, Gabriela. **Reavaliação de Ativos: Realização x Estorno, tratamento dado após o advento da lei 11.638/07 pelas sociedades de capital aberto brasileiras**. 2010.

DE IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

DE IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. Ed. Atlas, 2010.

DAMEDA, André das Neves; ALVES, Tiago Wickstrom; OTT, Ernani. **Uso do custo corrente na avaliação de ativos de empresas de tecnologia da informação**. 2011.

DOS REIS, Luciano Gomes; NOGUEIRA, Daniel Ramos. Disclosure do ativo imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do novo mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 3, n. 4, p. 54-67, 2012.

ERNEST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.C. Reavaliação de ativo imobilizado. In: João Barbosa da Silva Júnior (Coord.). **Temas contábeis em destaque**. São Paulo: Atlas, 2000. (Coleção Seminários CRC-SP / IBRACON).

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benthher et al. **Ativo e sua mensuração**. Caderno de Estudos, n. 18, p. 01-12, 1998.

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benthher Machado. **Ativo e sua mensuração**. Cad. estud., São Paulo , n. 18, p. 01-12, Aug. 1998 . Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141392511998000200002&lng=en&nrm=iso

FERNANDES, Juliana. **APLICAÇÃO DA REAVALIAÇÃO, DO IMPAIRMENT E DA DEPRECIÇÃO COM BASE NAS NBC T SP 16.9 E 16.10 NO ATIVO IMOBILIZADO DO IMETRO/SC**.

GIL, Antônio Carlos. **como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa**, 2002, 4: 44-45

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, André Moura Cintra. **O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado**. Rev. contab. finanç., São Paulo , v. 13, n. 28, p. 56-65, Abril.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772002000100004&lng=en&nrm=iso>.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, p. 09-18, 2007.

IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Norma e Procedimento de contabilidade (NPC) n° 24, 2011. disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=136>

IAS 16, *International Accounting standards – 16 Property, Plant and equipment*

JAIJAI RAM, Paul. Fair value accounting vs. historical cost accounting. **The Review of Business Information Systems** (Online), 2013, 17.1: 1.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. Did fair-value accounting contribute to the financial crisis?. **Journal of economic perspectives**, v. 24, n. 1, p. 93-118, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel; WALKER, Martin. Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: New evidence from Brazil. **The British Accounting Review**, 2012, 44.2: 53-67.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. Cad. estud., São Paulo , n. 24, p. 28-37, Dec. 2000 . Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141392512000000200002&lng=en&nrm=iso>.

MARTINS, Eliseu (org) **Avaliação de empresa: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa, et al. **Impacto da ausência de correção monetária na análise da rentabilidade das empresas: caso Copel**. 2003. 2006.

MAINES, Laureen A.; WAHLEN, James M. *The nature of accounting information reliability: Inferences from archival and experimental research*. **Accounting Horizons**, 2006, 20.4: 399-425

MISSONIER-PIERA, Franck. *Motives for fixed-asset revaluation: An empirical analysis with Swiss data*. **The International Journal of Accounting**, 2007, 42.2: 186-205.

MOREIRA NASCIMENTO, Auster; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, 2008, 4.3.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEUNIER, K. **Historical cost and fair value accounting**. 2012.

NICHOLS, Linda M.; BUERGER, Kurt H. *Na investigation of the effect of valuation alternatives for fixed assets on the decisions of statement users in the United States and Germany*. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation** v. 11, p.155-163,2002

PAIK, Gyung. The value relevance of fixed asset revaluation reserves in international accounting. **International Management Review**, 2009, 5.2: 73

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETO, Vicente; NOBRE, Waldir; SILVA, Paulo Roberto da; MARTINS, Eliseu. Valores de Entrada. In: MARTINS, Eliseu (Org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi; PAULO, Edilson. The informational content of revaluation reserves in the Brazilian capital market. **Contabilidade Vista & Revista**, 2013, 23.1: 75-95.

REINA, Diane Rossi; REINA, Donizete; DA SILVA, Silvio Freitas. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 77-94, 2014.

SANTOS, Edilene Santana. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar?. Cad. estud., São Paulo , n. 18, p. 01-16, Aug. 1998 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200001&lng=en&nrm=iso>

SLOAN, Richard G. *Evaluating the reliability of current value estimates*. **Journal of Accounting and Economics**, 1999.

SZUSTER, Natan; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 16, n. 38, p. 20-30, Aug. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772005000200003&lng=en&nrm=iso>.

SANTANA SANTOS, Edilene, ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS CPCs DA PRIMEIRA FASE DE TRANSIÇÃO PARA O IFRS NO BRASIL: UM EXAME DOS AJUSTES AOS RESULTADOS NAS DFPS DE 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**2012,6,Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235224648003>> ISSN 1982-6486.

SCHVIRCK, Eliandro. **A reavaliação de ativos e seus impactos na análise das demonstrações contábeis no Brasil**. 2006. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

SZUSTER, Natan; FERNANDES, Fernanda da Silva. Comparação entre Redução ao Valor recuperável de Ativos e Reavaliação de ativos. **Pensar Contábil**, 2009, 11.45.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. **Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas**. 2010.

SABATIN, Anderson Leo, et al. Estoques de commodities: Análise do valor sob a ótica da teoria do custo corrente. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 2011, 10.1

SOUSA, Alberto Pinto de. **Custo histórico versus justo valor**. 2011. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

SANTANA SANTOS, Edilene. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPS de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, 2012.

DE SILVA, Halan Jônatan Tomáz Carlos, et al. ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. **Revista Científica Linkania Júnior**, 2015, 4.1.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Avaliação patrimonial em contabilidade á valores de entrada e saída**. Cad. estud., São Paulo , n. 6, p. 01-16, Oct. 1992 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511992000300004&lng=en&nrm=iso>

TAY, Ink C. **Fixed asset revaluation: management incentives and market reactions**. 2009. Tese de Doutorado. Lincoln University.

TAVARES FILHO, Francisco, et al. **Reavaliação de ativos imobilizados no brasil face aos princípios contábeis, segundo a estrutura conceitual do IBRACON-CVM**. Anais, 2006.

TABARI, Naser Yadollahzadeh; ADI, Marzieh. Factors Affecting the Decision to Revaluation of Assets in Listed Companies of Tehran Stock Exchange (TSE). **International Journal of Scientific Management and Development**, 2014, 2.8

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade societária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; DA SILVA, Cleide Carneiro Alves. Avaliação de ativos-uma análise crítica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 137, p. 40-57, 2011

VASCONCELOS, Yumara Lúcia Vasconcelos; VIANA, Aurelina Laurentina. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 134, p. 20-29, ago. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/409>>.

7 APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO RESPONDENTE

1 - Qual é a sua idade?

2 - Qual é a área da contabilidade em que atua?

- Auditoria
- Fiscal
- Gerencial
- Pública

3 - Há quantos anos trabalha com contabilidade?

4 - Conhece o procedimento de reavaliação de ativos?

- Sim
- Não

5 - Já utilizou em sua carreira?

- Sim
- Não

6 - Utilizou para quais fins?

De acordo com Assing et al (2010), Tabari & Adi(2014), Ludícibus et al(2010), Schvirck (2006), Missionier-Piera(2007) os principais motivos para reavaliar um ativo estão nas alternativas abaixo.

- Trazer informações atualizadas para o balanço
- Aumentar o Patrimônio Líquido
- Diminuir dividendos
- Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado
- Conseguir financiamentos com instituições financeiras

7 - Em sua opinião, o que é mais importante ao usuário da informação contábil?

- Relevância
- Confiabilidade
- Comparabilidade

8 - Se fosse permitido hoje o processo de reavaliação de ativos para itens do ativo imobilizado, você utilizaria?

- Não
- Sim

9 - Usaria para quais fins?

- Trazer informações atualizadas para o balanço
- Aumentar o Patrimônio Líquido

- Diminuir dividendos
- Mostrar o valor de mercado de um ativo imobilizado
- Conseguir financiamentos com instituições financeiras

AS QUESTÕES A SEGUIR CARACTERIZAM A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO.

Marque de acordo com a importância da informação entre 1 e 5, sendo 1 para pouquíssimo importante e 5 para muitíssimo importante.

10 - Como você considera a informação gerada pelo ativo imobilizado atualmente

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

11 - Como você considera a informação gerada pelo valor de mercado de ativos do grupo imobilizado.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O CUSTO HISTÓRICO

O custo histórico é o método mais utilizado para avaliação de ativos imobilizados desde a lei 11638/2007.

Sobre o custo histórico responda com a sua opinião entre 1 e 5, sendo 1 se discorda totalmente e 5 se concorda totalmente.

12 - O custo histórico demonstra informações relevantes em períodos com altas elevações de preços.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

13 - um dos principais problemas do Custo Histórico está relacionado ao tempo, quanto mais antigo for o ativo registrado por custo histórico, maior será a diferença do seu valor original com o valor atual.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

14 - O custo histórico pode mascarar más decisões de investimento.

- 1

- 2
- 3
- 4
- 5

15 - A contabilidade do custo histórico é fácil de compreender, pois se baseia em um preço fixo que é sempre completamente conhecido.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

16 - O custo histórico é caracterizado por sua subjetividade e facilidade de processo com fluxos de caixa de uma entidade.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O VALOR DE MERCADO DE ATIVOS IMOBILIZADOS

A avaliação de um imobilizado a valor de mercado para aumentar o seu valor além do valor original é um procedimento chamado de reavaliação de ativos conforme o CPC 27.

Sobre a reavaliação responda com a sua opinião entre 1 e 5, sendo 1 se discorda totalmente e 5 se concorda totalmente.

17 - A razão para reavaliar um ativo é trazer valores de forma mais realista para o Balanço Patrimonial.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

18 - Com a reavaliação é possível demonstrar melhores taxas de retorno do capital investido.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

19 - Sabendo o valor de mercado de um item do imobilizado a entidade vai apresentar resultados e custos de reprodução mais afastados do conceito de reposição de ativos.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

20 - o principal motivo para fazer reavaliações no Brasil foi para reduzir a distribuição de dividendos, para obter licitações públicas e financiamentos.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

CARACTERIZAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O A PROIBIÇÃO DA REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

A reavaliação de ativos foi proibida com a extinção da conta reserva de reavaliação com a aprovação da lei 11638/2007.

Sobre a proibição responda com a sua opinião entre 1 e 5, 1 se discorda totalmente e 5 se concorda totalmente.

21 - A reavaliação foi proibida, pois as empresas não respeitavam a legislação.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

22 - Foi proibido devido as dificuldades geradas pela facultatividade da reavaliação.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

23 - Foi proibido devido a complexidade do processo que de acordo com a NPC 24 sempre requeria uma empresa especializada ou três peritos para fazer um laudo de reavaliação.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

24 - Foi proibido, porque ter itens do ativo imobilizados a valor de mercado são prejudiciais a economia.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

25 - Foi proibido, pois as empresas faziam a reavaliação apenas de um grupo de contas do imobilizado tirando a uniformidade e com isso prejudicando as análises de balanço.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5